

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JEAN CARLO KURPEL DIOGO

**O *TRIEB* EM FREUD SEGUNDO A EPISTEMOLOGIA DE THOMAS KUHN**

CURITIBA

2013

JEAN CARLO KURPEL DIOGO

**O *TRIEB* EM FREUD SEGUNDO A EPISTEMOLOGIA DE THOMAS KUHN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Linha de Pesquisa em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia Filomena Cremasco.

CURITIBA

2013

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Diogo, Jean Carlo Kurpel  
O *Trieb* em Freud segundo a epistemologia de Thomas Kuhn. /  
Jean Carlo Kurpel Diogo. – Curitiba, 2013.  
75 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Virgínia Filomena Cremasco  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Kuhn, Thomas, 1922-1996.  
3. Epistemologia. 4. Psicanálise. I.Título.

CDD 150.1952



JEAN CARLO KURPEL DIOGO  
“O *TRIEB* EM FREUD SEGUNDA A EPISTEMOLOGIA DE THOMAS KUHN”

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do Título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Psicologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR – Universidade Federal do Paraná, e \_\_\_\_\_ (aprovada/reprovada) pela Banca Avaliadora abaixo assinada.

---

**Prof.ª Dr.ª Maria Virgínia Filomena Cremasco**  
Universidade Federal do Paraná  
Professora Orientadora

---

**Prof.ª Dr.ª Monah Winograd**  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Professora Titular

---

**Prof. Dr. Francisco Verardi Bocca**  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Professor Titular

Curitiba, 05 de abril 2013.



## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

Às quatorze horas do dia cinco de abril do ano de dois mil e treze, na sala 208 do prédio Histórico desta Universidade, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, o mestrando **JEAN CARLO KURPEL DIOGO**, tendo como Título da Dissertação “**O TRIEB EM FREUD SEGUNDO A EPISTEMIOLOGIA DE THOMAS KUHN**”. Constituíram a Banca Examinadora a Professora Doutora Maria Virginia Filomena Cremasco, orientadora, Professora Doutora Monah Winograd e o Professor Doutor Francisco Verardi Bocca, ambos titulares. Após a exposição do mestrando, os membros da Banca Avaliadora fizeram suas considerações e declararam o aluno:

- Aprovado sem restrições.
- Aprovado, mas na condição de tomar as seguintes providências:

---

---

- Reprovado

Eu Maria Virginia Filomena Cremasco, orientadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

---

**Prof.ª Dr.ª Maria Virgínia Filomena Cremasco**  
Universidade Federal do Paraná  
Professora Orientadora

---

**Prof.ª Dr.ª Monah Winograd**  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Professora Titular

---

**Prof. Dr. Francisco Verardi Bocca**  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Professor Titular

## AGRADECIMENTOS

À professora Maria Virgínia, pela confiança, sensibilidade e incentivo. Às queridas colegas Roberta Hofius e Suzana Mallard, por tornarem ainda mais aprazíveis esses dois anos de intenso trabalho. À minha família, pelo suporte incondicional. À CAPES, pelo apoio financeiro indispensável.

*Lastimo que a psicanálise esteja ganhando a péssima reputação que está adquirindo atualmente, embora pense que ela muito mereceu; mas acho que o que acaba sendo esquecido é que há um ofício, um aspecto prático nela, para o qual não conheço nenhuma outra rota, e que tem uma enorme relevância intelectual.*

Thomas Kuhn, 1995.

## **O *Trieb* em Freud segundo a epistemologia de Thomas Kuhn.**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar o uso do termo '*Trieb*' em alguns textos de Freud a partir de um método inspirado na epistemologia de Thomas Kuhn. O *Trieb* é inicialmente apresentado enquanto um conceito que ainda desafia os psicanalistas tanto no que diz respeito à sua definição quanto no que diz respeito à sua tradução. Em seguida, a teoria epistemológica de Kuhn é sucintamente apresentada, juntamente com um método de análise textual extraído dela. Uma seção é dedicada à emergência do conceito de *Trieb* na psicanálise e à teoria freudiana do *Trieb*. Por fim, passa-se a uma análise de excertos selecionados do texto freudiano e o trabalho é concluído com a exposição da posição dos autores em relação à tradução do termo, bem como com considerações acerca de seus referentes e de sua condição categorial.

**Palavras-chave:** *Trieb*; psicanálise; Freud; Kuhn; epistemologia.



## **The *Trieb* in Freud according to the epistemology of Thomas Kuhn.**

### ***ABSTRACT***

This work aims to analyse the use of the German word '*Trieb*' in some Freudian texts. The analysis will be done by a method inspired on Kuhnian's concept of paradigm. The *Trieb* is introduced as a concept that still challenges psychoanalysts on what concerns to a definition or a translation of oneself. Thomas Kuhn epistemological theory is presented and the following section is dedicated to the *triebtheorie* and the emergence of the *Trieb* on psychoanalysis. Further, we analyze selected Freudian texts and so the work is concluded with its authors' position concerning the Portuguese translation of the word '*Trieb*' as well with a brief consideration about its referents and categorical condition.

**Keywords:** *Trieb*; psychoanalysis; Freud; Kuhn; epistemology.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 – O <i>trieb</i> enquanto matéria de tradução e de interpretação.	10
2. UMA PERSPECTIVA KUHNIANA DE ANÁLISE CONCEITUAL	16
3. A CONSTRUÇÃO FREUDIANA DO CONCEITO DE <i>TRIEB</i>	32
3.1 – A primeira teoria do <i>trieb</i> .	37
3.2 – A segunda teoria do <i>trieb</i> .	43
4. ANÁLISE DA FUNÇÃO PARADIGMÁTICA DO <i>TRIEB</i>	49
4.1 – O <i>trieb</i> enquanto categoria perceptiva.	51
4.2 – Ponderações teóricas sobre o <i>trieb</i> .	61
REFERÊNCIAS	72

## 1. INTRODUÇÃO

Embora discussões em torno do termo ‘*Trieb*’<sup>1</sup>, dada sua importância clínica, sejam abundantes na história da psicanálise, o mesmo continua a ser objeto de dissenso tanto no que concerne a uma definição teórica precisa quanto no que concerne a uma tradução que faça jus ao seu significado original. Nem sequer há, no campo psicanalítico, uma interpretação inequívoca do termo no texto freudiano. A discussão permanece, portanto, atualmente relevante. Referenciados pelo pensamento de Thomas Kuhn, acreditamos que as querelas de tradução e de definições teóricas são, de certa forma, equivalentes e derivadas de um problema anterior, que é a incompatibilidade entre as visões de mundo que embasam as diferentes leituras possíveis de um termo. Assim, as ferramentas conceituais de Kuhn se prestam a uma análise do termo que ultrapassa seu nível declarativo, o qual compreende a questão da tradução e das definições formais, dirigindo-se principalmente a seu nível tácito, isto é, ao nível da visão de mundo da qual o termo é parte e na qual ele se faz possível enquanto conceito. Tendo em vista que essa tarefa só pode ser realizada quando dirigida ao campo de aplicação do termo, o objetivo deste trabalho consiste em compreender como o conceito se enquadra no contexto de uma visão de mundo, e o faremos, a princípio, através da análise de alguns exemplares do uso do termo ‘*Trieb*’ em textos freudianos. Isso significa, em termos epistemológicos, situar o conceito em relação ao modelo empírico do qual ele participa.

Uma vez que Kuhn não sistematizou uma metodologia, consideramos nosso método kuhniano na medida em que foi inspirado no trabalho desse epistemólogo, sendo a partir dele que realizamos nossa apreensão e interpretação do texto freudiano. De modo semelhante, se falamos em uma análise do *Trieb* segundo a epistemologia de Kuhn, referimo-nos às teorias destes autores tal como as apreendemos, de modo que nossa apresentação não pretenderá formalizar o conceito freudiano de forma inequívoca e exaustiva nem enquadrá-lo forçosamente na perspectiva que Kuhn supostamente tinha. Aquém disso, nos contentaremos, depois de efetuada nossa análise, com que seja clarificado o enquadramento do conceito em nossa própria perspectiva.

Nesse intuito, faremos uma apresentação esquemática da teoria dos paradigmas, tal como apresentada no livro de 1962, “A Estrutura das Revoluções Científicas” (KUHN, 1962/2007), abordando desde o contexto no qual Kuhn desenvolveu o conceito de paradigmas

---

<sup>1</sup> ‘*Trieb*’ é habitualmente vertido para o português como ‘instinto’ ou ‘pulsão’, mas, conforme veremos, não há pleno consenso acerca de sua tradução.

até a forma como eles são responsáveis pela configuração das disciplinas científicas. Em seguida recorreremos ao livro de 1977, “A Tensão Essencial” (KUHN, 1977/2011), para demonstrar a função dos paradigmas no exercício linguístico em geral. Ao fim, esperamos estar aptos para aplicar ao texto freudiano, no que diz respeito ao termo ‘*Trieb*’, um tipo de análise similar ao que Kuhn aplica aos textos de outras disciplinas e ver a que conclusões isso nos conduz. Esse processo implica, como veremos, em compreender o conceito em função das categorias que ele configura e das quais ele participa. Nossa análise começaria incompleta, porém, se antes não revisássemos, ao menos brevemente, as principais discussões concernentes ao termo.

### **1.1 – O *Trieb* enquanto matéria de tradução e de interpretação:**

A tradução das obras de Freud mais difundida no Brasil atualmente foi organizada pela Editora Imago e coordenada por Jaime Salomão. Apesar de suas inúmeras qualidades, a tradução é alvo de críticas por ser baseada na versão inglesa e não na versão alemã na qual os textos foram originalmente escritos. James Strachey, responsável pela principal edição e tradução dos textos freudianos do alemão para o inglês, optou por representar o termo ‘*Trieb*’ através da palavra ‘*instinct*’, que depois veio ao português como ‘instinto’. A escolha do termo não deixou de causar certo alarde. No prefácio geral de sua tradução, Strachey afirma: “Minha escolha dessa tradução tem sido atacada por diversas pessoas com uma severidade muito grande, mas, segundo penso, equivocada. O termo quase invariavelmente proposto pelos críticos como alternativa é ‘*drive*’ (‘impulso’)” (STRACHEY, 1966/1996, p. 31). Segundo o editor, o termo ‘*drive*’ não é – ou ao menos naquele tempo não era – correntemente inglês, ao passo que ‘*instinct*’ era “vago e indeterminado” como ‘*Trieb*’, portanto mais adequado. Ademais, “a única complicação [em traduzir ‘*Trieb*’ como ‘*instinct*’], de menor importância, é que, numa meia dúzia de casos, o próprio Freud usa a palavra alemã ‘*Instinkt*’, sempre, talvez, no sentido de instinto nos animais” (STRACHEY, 1966/1996, p. 32). Todavia, com este último argumento Strachey acabou produzindo o efeito oposto ao que desejava, pois seus críticos o utilizaram para fortalecer a demarcação entre, de um lado, *Instinkt* e vida animal e, de outro, *Trieb* e vida humana.

A discussão referente à tradução é sintetizada por Luiz Hanns, principal responsável pela tradução de alguns textos de Freud ao português, feita diretamente do alemão pela Editora Imago:

A tradução de *Trieb* é uma das mais polêmicas, devido à extensa gama de significados e conotações do termo em alemão, bem como devido a peculiaridades no emprego freudiano do termo. Tanto na linguagem popular como em outros campos (inclusive na psicologia e na psicanálise) empregam-se as palavras *Instinkt* (instinto) ou *Drang* (espécie de pressão desagradável interna) como sinônimos de *Trieb*. O próprio Freud utiliza os três termos. Em livros de medicina preponderava, há séculos, uma equivalência entre *Trieb* e *Instinkt*. Entretanto, a tradução de *Trieb* por “instinto” apenas recobre parte de seu sentido. No artigo “A questão da Análise Leiga” (1926), Freud, indicando estar cientes das peculiaridades do termo, menciona que *Trieb* é uma palavra pela qual muitas línguas modernas invejam o alemão [ESB 20, 228]; *Trieb*, tal qual usado em alemão, entrelaça quatro momentos, que conduzem do geral ao singular. Abarca um princípio maior que rege os seres vivos e que se manifesta como força que coloca em ação os seres de cada espécie; que aparece fisiologicamente “no” corpo somático do sujeito como se brotasse dele e o agulhoasse; e, por fim, que se manifesta “para” o sujeito, fazendo-se representar ao nível interno e íntimo, como se fosse sua vontade ou um imperativo pessoal. No texto freudiano também, a palavra mantém estas características de uso. Estes significados estão todos muito próximos e sempre correlacionados com um núcleo básico de sentido: algo que “propulsiona”, “coloca em movimento” (HANNIS, 1996, p 338).

As colocações de Hannis pertinentemente nos alertam para a importância da carga semântica dos termos em discussão. As críticas dirigidas a Strachey, por exemplo, estenderam-se a Jaime Salomão e demais editores da tradução do inglês para o português brasileiro, que utilizaram o termo ‘instinto’ para verter ‘*instinct*’. Assim como alguns ingleses preferiam ‘*drive*’ a ‘*instinct*’, a maior parte da comunidade psicanalítica brasileira considerava o termo ‘pulsão’, tradução do francês ‘*pulsion*’, mais adequado à significação teórica de *Trieb*. E isso se deu justamente pelas conotações implicadas na palavra ‘instinto’.

Foi sem dúvida a utilização de *instinct* para verter *Trieb* que provocou reação maior. Muitos viram aí uma “biologização” injustificável do conceito freudiano. Isso levou à introdução, pelos franceses, do neologismo *pulsion*, que aos poucos foi adotado também nas outras línguas latinas em que se traduziu (ou retraduziu) a obra de Freud (SOUZA, 1998/2010, p. 20-21).

O trecho acima é de Paulo Cesar de Souza, que coordena a mais recente tradução do alemão para o português, em andamento pela editora Companhia das Letras. Souza opõe-se aos críticos da tradução ‘instinto’ sustentando que, dentre outras coisas, estes subestimaram tanto o alcance do termo ‘instinto’ quanto a fluidez dos limites que separam a vida humana da vida animal em geral. Tomar *Trieb* como ‘instinto’ ou como ‘pulsão’ acabou historicamente atrelando-se a interpretá-lo conforme se queira, respectivamente, associá-lo àquilo que é hereditário ou distingui-lo daquilo que é biológico no homem. Souza também lembra que, ainda que tenha usado ‘*instinkt*’ para referir-se preferencialmente a animais e ‘*Trieb*’ para referir-se preferencialmente a seres humanos, em alguns poucos momentos Freud utilizou ambos os termos indiscriminadamente, tendo aplicado ‘*Trieb*’ aos animais e ‘*Instinkt*’ aos homens. Além disso, não foi apenas uma vez que Freud comparou o núcleo do *Trieb* à parte hereditária da psique humana, assim como *Instinkt* ao que há de hereditário nos animais

(SOUZA, 1998/2010, p. 260). Além de argumentar a favor do uso do termo ‘instinto’, Souza também argumenta contra o uso do termo ‘pulsão’ alegando que:

O neologismo [‘pulsão’] que se propõem para substituí-lo [‘instinto’] é mais abstrato e pobre em conotações. No entanto, parece já haver se aclimatado à língua francesa: encontra-se dicionarizado e deparamos com ele em revistas para o público não especializado. Talvez porque seria uma forma mais curta de *impulsion* (‘impulso’, em francês). Mas em português a palavra “impulsão” exprime um conceito limitado à física. E em ‘pulsão’ (do latim *pulsare*, “bater, sacudir”; cf. “pulso, pulsação” e também os astronômicos *pulsars* e *quasars*) faltaria justamente a ideia de ímpeto ou pressão, que segundo a etimologia é denotada pelo prefixo *im* (SOUZA, 1998/2010, p. 257).

Completando seu posicionamento e reavivando a polêmica, ao invés do já estabelecido ‘pulsão’, Souza decidiu verter ‘*Trieb*’ em sua tradução direta do alemão através do termo português ‘instinto’, o mesmo utilizado por Jaime Salomão. Adverte, contudo, que sua decisão não é livre de reservas, “na verdade, há algumas reservas a fazer. Tanto no caso de ‘instinto’ como no de ‘pulsão’ existem ganhos e perdas. Apenas afirmo que neste as perdas são maiores que os ganhos, e naquele os ganhos ainda superam as perdas” (SOUZA, 1998/2010, p. 261). Em oposição à atitude de Souza e Strachey, podemos situar o próprio Hanns, segundo o qual, “numa acepção mais técnica, [instinto] designa ações que independem de aprendizado, uma sequência estereotipada de ações (raramente se emprega *Trieb* neste sentido, e sim, em geral, *Instinkt*). Dizem que a aranha já sabe a hora e a maneira de tecer sua teia por instinto, independe do aprendizado” (HANNNS, 1996, p. 344). O substantivo *Trieb*, por sua vez, se considerado etimologicamente, tem o sentido de “colocar em movimento” e apenas posteriormente, e contextos específicos, passou a significar “sensualmente” ou “apaixonadamente” (HANNNS, 1996, p. 343). Em posição semelhante estão Laplanche e Pontalis (1967/1970), em cujo vocabulário igualmente apontam para a relação entre *Trieb* e movimento e entre ‘instinto’ e caracteres herdados, bem como a psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco, que em seu dicionário de psicanálise afirma que:

A escolha da palavra pulsão para traduzir o alemão *Trieb* correspondeu à preocupação de evitar qualquer confusão com instinto e tendência. Essa opção correspondia à de Sigmund Freud, que, querendo marcar a especificidade do psiquismo humano, preservou o termo *Trieb*, reservando *Instinkt* para qualificar os comportamentos animais. Em alemão como em francês ou português, os termos *Trieb* e pulsão remetem, por sua etimologia, à ideia de um impulso, independentemente de sua orientação e seu objetivo. Quanto à tradução inglesa, parece que foi a fidelidade à ideia freudiana de uma articulação da psicanálise com a biologia que norteou a escolha que James Strachey fez da palavra *instinct*, em lugar de *drive* (ROUDINESCO, PLON, 1997/1998, p. 628).

Tudo isso dá a impressão de que a problemática do *Trieb* é, acima de tudo, derivada a de questões idiomáticas. Contudo, Souza nos lembra de que os debates em torno do problema da tradução, ainda que forneçam rico material para discussão, “com frequência se reduzem a

atritos entre orientações teóricas diversas, carecendo de maior rigor filológico” (SOUZA, 1998/2010, p. 18). O próprio Hanns admite que “há no texto freudiano uma unidade entre a linguagem e os conceitos. Numa dimensão se interligam linguisticamente as palavras alemãs, e em outra, de interesse propriamente psicanalítico, se estabelecem as conexões teóricas entre os conceitos psicanalíticos designados por tais palavras” (HANNIS, 1999, p. 17). A influência da perspectiva teórica sobre a escolha dos termos mostra-se constante no campo da tradução e, também nesse aspecto, a bibliografia apresenta posições distintas.

Ao tratar do conceito de *Trieb* em uma publicação, Gomes afirma: “é bem sabido que há, na obra de Freud, duas teorias sobre as pulsões. Um dos pontos importantes de nossa análise será o de mostrar que cada uma dessas teorias utiliza um conceito diferente de pulsão” (GOMES, 2001, p. 249). O autor sustenta que o termo ‘*Trieb*’ apresenta diferentes significados conforme seja lido antes ou depois da reformulação da teoria do *Trieb*, pois tal reformulação teria alterado radicalmente a função da palavra. Sustenta assim que ‘pulsão’ seria a melhor tradução para o termo ‘*Trieb*’ justamente por ajustar-se melhor a essa mudança conceitual.

Essa posição não é totalmente compartilhada por Monzani, que se dedicou à discussão sobre se haveria na obra de Freud ruptura ou continuidade, dadas as diferentes interpretações possíveis da mesma. O autor sustenta que não há em Freud rupturas radicais nem continuidade ininterrupta (MONZANI, 1989). Segundo ele, o pensamento freudiano oscilaria entre abandonos, retomadas e retificações de postulações teóricas. No caso de *Trieb*, Monzani demonstra como o conceito de narcisismo, ao mesmo tempo em que conduziu Freud à superação da dualidade entre “*Trieb* egoica” e “*Trieb* sexual”, fez emergir uma nova dualidade entre “*Trieb* de vida” e “*Trieb* de morte”. Uma dualidade foi superada dando lugar à outra, seguindo um movimento que Monzani classifica como “pendular e espiral”. A impressão que a leitura de Freud lhe causa é descrita pelo autor em sua conclusão:

É sempre com espanto que lemos e relemos o *Projeto...* e a correspondência com Fliess. Tudo já está lá, quase somos obrigados a exclamar. Sim, de uma certa maneira, quase tudo já está lá. Mas serão necessários mais de 40 anos para Freud colocar tudo no seu devido lugar, repensar e retificar pacientemente essas ideias (MONZANI, 1989, p. 304).

De modo semelhante, Hanns aponta para o fato de que, a despeito das reformulações teóricas, existe algo do referente do ‘*Trieb*’ que permanece:

Mesmo Freud tendo reelaborado diversas vezes sua teoria pulsional, permaneceram os aspectos da pulsão como algo que espicaça, que oscila entre prazer e desprazer, que percorre o corpo e a psique e que nunca cessa de se manifestar. Estas e outras diversas alterações no emprego dos termos, às vezes reflexos de mudanças conceituais que vão surgindo ao longo da obra de Freud, podem ser lidas diferenciadamente como resultados de rupturas e superações de etapas de teorização, ou como movimentos de

um pensamento, que mesmo quando renega hipóteses anteriores, acaba por rearranjar e reagregar elementos. Entretanto, em um caso como em outro encontrar-se-ão determinadas tramas temáticas e conotativas que permanecem constantes (HANNIS, 1999, p. 27).

Nesse aspecto há uma concordância entre Gomes, Hannis e Monzani. O primeiro nos lembra de que “o termo ‘pulsão’ (*‘Trieb’*) aparece em Freud, pela primeira vez, no ‘Projeto’ de 1895 (e não em 1905, nos ‘Três Ensaio sobre a Teoria Sexual’, como afirmam Laplanche e Pontalis, 1967/1970, p. 507)” (GOMES, 1977/2011, p. 251), de modo que certamente não permaneceu imutável ao longo da vida de Freud, mas esteve presente desde o início de seu trabalho psicanalítico e, junto consigo, trouxe uma dimensão referencial para a qual aponta constantemente.

Sob essa óptica, é como se o enquadramento conceitual de Freud estivesse estabelecido desde os primórdios de suas publicações, tendo seu trabalho de pesquisa sido dedicado a depurar esse enquadramento de acordo com sua experiência clínica (MONZANI, 1989, p. 15 e p. 302). Conforme veremos ao longo do trabalho, essa impressão é ao menos parcialmente consonante ao pensamento de Thomas Kuhn, segundo o qual diferentes concepções teóricas podem ser extraídas de uma visão de mundo que as fundamenta. Isso não significa que as transformações conceituais dentro da psicanálise sejam simples ou inequívocas. Também o problema da tradução não depende apenas da escolha de um termo que seja idiomáticamente inequívoco. Além das relações semânticas que mantém com seu idioma, um termo, especialmente um termo técnico como *‘Trieb’*, está também atrelado aos valores teóricos que encerra. A psicanálise possui uma organização heterogênea, de modo que as interpretações do texto freudiano são diversas e, em muitos dos casos, divergentes, conforme testemunham as diferentes escolas de psicanálise. Não apenas alguns termos modificaram-se ao longo da obra freudiana, como também foram redefinidos nos textos dos autores pós-freudianos.

Segundo Kuhn (1962/2007), é a ausência de um conjunto universal de paradigmas que faz com que diferentes leitores possam produzir diferentes interpretações de um termo dentro de uma mesma disciplina. Na maioria das vezes, essas diferentes interpretações conduzem a conflitos teóricos que são insolúveis, isto é, não podem ser resolvidos no plano dos debates teóricos e, menos ainda, no plano dos debates sobre tradução, pois são, ao mesmo tempo, inconciliáveis e igualmente consistentes. Seria vantajoso, desse modo, contarmos em nossa investigação com um método de análise que, transcendendo a tradução e a interpretação do termo, conduzisse-nos a um nível de determinação mais fundamental do termo, ou seja, o nível a partir do qual as interpretações teóricas se fundamentam. Encontramos no próprio



Kuhn a possibilidade de realizar esse tipo de análise conceitual, através de um método interpretativo que visa identificar a função do termo enquanto constituído e constituinte de uma visão de mundo. Iniciaremos nosso trabalho, portanto, apresentando o método que utilizaremos em nossa análise e esclarecendo o sentido de expressões como “paradigma”, “visão de mundo” e “categoria” a partir de textos de Kuhn.

Posteriormente faremos apresentação da(s) teoria(s) do *Trieb*, considerando a emergência e a evolução do conceito e tomando por base textos nos quais Freud aborda diretamente o tema. Haja vista a dependência entre o problema da tradução e o problema das definições e interpretações teóricas, acreditamos que tal apresentação nos tornará aptos para analisar de modo mais consistente as transformações que o conceito sofreu ao longo das publicações dos textos freudianos e em que medida houve alteração nos referentes de seu termo. Finalmente, no último capítulo, recorreremos a alguns dos casos clínicos de Freud, os quais foram escolhidos por apresentarem situações práticas nas quais poderemos examinar as condições de aplicabilidade do termo ‘*Trieb*’. Esse exercício será acompanhado de considerações sobre a tradução do termo alemão para o português. Por fim, apresentaremos breves considerações sobre algumas articulações teóricas possíveis a partir de um olhar dirigido a categorias conceituais.

É importante esclarecer que não visamos apresentar uma definição positiva para o conceito de *Trieb* nem apontar sua melhor tradução. Apesar de acompanhar nossa investigação, a discussão sobre a tradução é de interesse secundário, pois nossa atenção se dirige à função modelar do conceito, isto é, ao modo como ele constitui e é constituído por categorias tanto teóricas quanto perceptuais. É justamente por tentar transcender o campo das definições e traduções, que acreditamos que o método de Kuhn pode ser útil para desvelar aos psicanalistas que se referenciam pelos textos freudianos modos produtivos de se posicionar diante dos possíveis impasses e desafios da própria teoria. E dado que nossa recorrência a Kuhn nos conduz a uma apropriação do conceito que pode não coincidir com as interpretações mais comuns do mesmo, confiamos ao leitor a avaliação da pertinência dos argumentos aqui utilizados.

## 2. UMA PERSPECTIVA KUHNIANA DE ANÁLISE CONCEITUAL

Conforme antecipado na introdução, passaremos agora a uma exposição da epistemologia de Thomas Kuhn, a qual fundamentará a avaliação que faremos do conceito freudiano. A investigação epistemológica kuhniana começou quando, graças a um curso paralelo de história da ciência realizado quando estava prestes a doutorar-se em Física, ele tomou conhecimento de teorias e práticas científicas do passado que hoje são consideradas antiquadas ou obsoletas. Uma teoria científica antiquada ou obsoleta é aquela que, apesar de em sua época ter sido considerada verdadeira, atualmente é tida como incorreta e, portanto, não científica. Um exemplo típico é a teoria do éter, que era o suposto quinto elemento da natureza, a quintessência que preenchia o espaço entre os planetas. Hoje ele considerado um mito graças à confirmação, no início do século XX, da existência do vácuo e atualmente o termo ‘éter’ é utilizado para designar uma substância química sem relação alguma com a quintessência.

Quase uma década depois desse curso, Kuhn foi convidado a passar um ano em uma comunidade de cientistas sociais. A soma dessas experiências causou-lhe uma importante impressão:

Fiquei especialmente impressionado com o número e a extensão dos desacordos expressos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e problemas científicos legítimos. Tanto a história como meus conhecimentos fizeram-me duvidar de que os praticantes das ciências naturais possuam respostas mais firmes ou mais permanentes para tais questões. E, contudo, de algum modo, a prática da astronomia, da física, da química ou da biologia normalmente não evoca as controvérsias sobre fundamentos que atualmente parecem endêmicas, por exemplo, entre psicólogos ou sociólogos. A tentativa de descobrir a fonte dessa diferença levou-me ao reconhecimento do papel desempenhado na pesquisa científica por aquilo que, desde então, chamo de “paradigmas”. Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade praticante de uma ciência (KUHN, 1962/2007, p. 12-13).

Kuhn constatou que tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais não possuem posicionamentos definitivos sobre quais seriam os problemas, os métodos e, poderíamos acrescentar, os objetos legítimos de suas disciplinas. Entretanto, os praticantes das ciências naturais como um todo conseguem trabalhar sem evocar constantemente controvérsias internas sobre os fundamentos teóricos de suas práticas. Uma possível explicação dessa diferença seria, para Kuhn, o fato de que a atividade dos cientistas naturais, de modo geral, é guiada por algo que a faz prescindir de um embasamento teórico plenamente consensual. Esse algo foi chamado por Kuhn de “paradigmas”.

Depois de 1630 e especialmente após o aparecimento dos trabalhos imensamente influentes de Descartes, a maioria dos físicos começou a partir do pressuposto de que o Universo era composto por corpúsculos microscópicos e que todos os fenômenos naturais poderiam ser explicados em termos da forma, do tamanho, do movimento e da interação corpusculares. Esse conjunto de compromissos revelou possuir tanto dimensões metafísicas quanto metodológicas. No plano metafísico, indicava aos cientistas que espécies de entidades o Universo continha ou não continha – não havia nada além de matéria dotada de forma e em movimento. No plano metodológico, indicava como deveriam ser as leis definitivas e as explicações fundamentais: leis devem especificar o movimento e a interação corpusculares; a explicação deve reduzir qualquer fenômeno natural a uma ação corpuscular regida por essas leis. O que é mais importante, a concepção corpuscular do Universo indicou aos cientistas um grande número de problemas que deveriam ser pesquisados (KUHN, 1962/2007, p. 64-65).

De certa forma, Descartes redefiniu os fatos e compeliu os cientistas a tentarem formular teorias às quais esses novos fatos se ajustassem. Podemos dizer que o trabalho de Descartes tornou-se paradigmático. As teorias posteriores eram aceitas ou recusadas conforme fossem capazes de produzir resultados semelhantes ao modelo instigado por Descartes. Desse modo, um paradigma – ou um conjunto de paradigmas – não é nada mais do que os modelos ou exemplos através dos quais o cientista aprende a articular a teoria que está estudando aos fatos da natureza. Seja através de exercícios em livros didáticos, seja através de experimentos em laboratórios, são os modelos de aplicação da teoria que transmitem ao cientista os critérios metodológicos de verdade e, portanto, de cientificidade. Os exercícios simultaneamente apresentam a teoria em funcionamento e servem como prova dessa teoria. A formação dos cientistas posteriores a Descartes passou a incluir em seus programas os cálculos de movimento da matéria, ao mesmo tempo em que excluiu quaisquer tipos de exercício que entrassem em contradição com isso. Antes era possível encontrar uma explicação cientificamente satisfatória para o efeito soporífero de algumas substâncias atribuindo-lhe como causa sua “potência dormitiva”. Isso ocorria porque a própria comunidade científica concebia o universo em termos de substância, potência e ato. A partir da mecânica corpuscular, que toma os corpúsculos [atômicos e particulares] como unidades fundamentais de composição do universo, os cientistas passaram a considerar insatisfatória a atribuição de causalidade a potências e essências, ao passo que explicações em termos de movimentos de corpúsculos tornaram-se bastante adequadas, como se estas últimas expressassem ou correspondessem à natureza das coisas. Mesmo quando os cientistas objetivam estudar os componentes dos corpúsculos, estes também são explicados também em termos de corpuscularidade. Essas constatações impeliram Kuhn a atacar tanto as concepções epistemológicas que acreditavam que o progresso científico se dava por acumulação de novos conhecimentos, quanto às concepções de ciência puramente empírica.

[As teorias científicas] não evoluem gradualmente, ajustando-se a fatos que sempre estiveram à nossa disposição. Em vez disso, surgem ao mesmo tempo em que os fatos aos quais se ajustam, resultando de uma reformulação revolucionária da tradição científica anterior – uma tradição na qual a relação entre o cientista e a natureza, mediada pelo conhecimento, não era exatamente a mesma (KUHN, 1962/2007, p. 181).

Isso ilustra o que Kuhn afirmara sobre os problemas científicos que atualmente nos são legítimos não necessariamente o serem em épocas passadas, e vice-versa. Ademais, a partir dos paradigmas é possível analisar a estrutura e a dinâmica em torno das quais a ciência se organiza. Kuhn (1962/2007) sugere que a grande maioria das disciplinas científicas começa em um estágio pré-paradigmático, no qual não existe um conjunto universalmente aceito de modelos. Nesses estágios é comum que diversas escolas entrem em competição pela legitimidade de seus métodos e objetos de estudo. A prática científica normal só começa, todavia, quando um conjunto específico de paradigmas começa a orientar os praticantes de uma disciplina científica como um todo. A partir de então a atividade científica assume o caráter de “resolução de quebra-cabeças” (KUHN, 1962/2007, p. 57) e somente em relação a esse tipo de resolução pode-se dizer que o conhecimento é cumulativo. Quando a disciplina depara-se com uma anomalia, ou seja, quando seus modelos insistem em falhar em suas previsões do comportamento do mundo, inicia-se uma crise que induz os cientistas a rediscutirem seus fundamentos teóricos. Esses seriam os períodos de atividade extraordinária, durante os quais novos paradigmas precisam ser encontrados para que uma revolução ocorra na disciplina e a comunidade possa voltar à pesquisa normal.

Não é nosso intuito entrar em detalhes nesse aspecto da epistemologia de Kuhn, apenas ressaltamos que essa divisão do quadro científico acarretou para ele um problema. As revoluções não são tão esquemáticas quanto sua organização didática fez parecer. Na prática, os limites entre ciência normal e revolucionária e entre pesquisa normal e extraordinária não são tão nítidos. Quando não são simultâneas, tais atividades alternam-se constantemente. Ademais, nem mesmo os limites entre ciência e outras formas de saber – como a filosofia, a religião e até mesmo o senso comum – são tão claros. Nos casos em que é possível distinguir entre uma reflexão científica e outra filosófica, tal distinção geralmente é arbitrária e relativa ao contexto institucional e histórico no qual ela se insere. Todas essas questões contribuíram para a má interpretação do sentido do conceito de “paradigma”, levando Kuhn a retratar-se após a publicação de “A Estrutura”. No posfácio do livro (1969/2007), adicionado posteriormente à sua publicação original, Kuhn preocupa-se em esclarecer, por exemplo, que os paradigmas restringem-se aos modelos exemplares adotados por um grupo de praticantes de um conhecimento, não coincidindo com a base filosófica e metodológica de uma disciplina

– a qual Kuhn posteriormente chamou de “matriz disciplinar” (KUHN, 1977/2011). A matriz disciplinar é geralmente posterior aos modelos e, nos casos em que é concomitante a eles, não deixa de ser derivada dos mesmos. Outro efeito importante dessas controvérsias foi terem levado o autor a ampliar o alcance do conceito. Conforme veremos a seguir, Kuhn dedicou-se a demonstrar como os paradigmas operam não apenas na atividade científica, mas em toda e qualquer atividade que envolva o uso da linguagem. Faremos agora uma avaliação disso a partir de um exemplo científico e depois passaremos a um exemplo da função dos paradigmas na vida cotidiana.

Acreditava-se que a mecânica newtoniana era bem sucedida em explicar os movimentos dos corpos físicos, até que a mecânica einsteiniana mostrou que as leis de Newton não funcionam para calcular e prever o movimento de corpos que se movem em velocidades próximas à da luz. Nesse caso, os historiadores que acreditam no progresso científico por acumulação poderiam sustentar: (1) que os cientistas anteriores a Einstein cometiam o erro de afirmar que as leis de Newton aplicavam-se aos movimentos dos corpos em geral; e (2) que, ao relativizar as medidas de espaço e tempo, Einstein teria demonstrado que as leis de Newton aplicam-se apenas a uma parte da realidade, sendo outra parte sujeita às leis relativísticas de Einstein. Todavia, o que aconteceu não foi como se a teoria da relatividade complementasse a mecânica clássica, mas sim que esta última foi ressignificada a partir da teoria da relatividade. Todo movimento passou a ser visto como relativo, mas, como a relatividade do tempo e do espaço é imperceptível e irrelevante para a maioria dos cálculos do movimento de corpos em velocidades muito inferiores à da luz, justificava-se porque a mecânica de Newton funcionava tão bem nesses casos – os únicos que se conhecia até então – mesmo sem levar em conta a relatividade. Pode-se dizer que os corpos em geral comportam-se conforme a teoria da relatividade, sendo as leis de Newton aplicáveis a alguns casos particulares ou casos-limite da mesma, sejam estes os casos dos corpos que se movem em velocidades bastante inferiores à da luz.

Kuhn (1962/2007) formalizou esse processo de ressignificação do seguinte modo: a mecânica clássica se resumia ao conjunto de proposições  $\{N_1, N_2, \dots, N_n\}$ , derivadas da física newtoniana, que explicavam o movimento suficientemente bem, isto é, de modo satisfatoriamente preciso e previsível para a comunidade científica da época. Posteriormente, as pesquisas einsteinianas encontraram casos suficientemente relevantes aos quais as proposições  $\{N_1, N_2, \dots, N_n\}$  não se aplicavam de modo satisfatório. Para operacionalizar tais casos, foram formuladas e exaustivamente testadas as proposições  $\{E_1, E_2, \dots, E_n\}$ , derivadas da física einsteiniana. Se a evolução conceitual da mecânica tivesse sido cumulativa,

poderíamos dizer que o conjunto de proposições que passou a representar a mecânica seria o conjunto  $\{N_1, N_2, \dots, N_n, E_1, E_2, \dots, E_n\}$ , resultante da união dos conjuntos newtoniano e einsteiniano. Ou então poderíamos dizer que, devido à mecânica newtoniana ter se tornado um caso particular da einsteiniana, toda a mecânica dos corpos passou a ser representada pelas proposições  $\{E_1, E_2, \dots, E_n\}$ , que substituíram as proposições  $\{N_1, N_2, \dots, N_n\}$  ou as assimilaram como um subconjunto. Todavia, nenhuma dessas conjecturas faz jus ao *modus operandi* das revoluções conceituais e o autor nos revela o porquê disso:

Embora os  $N_i$  sejam um caso especial de mecânica relativista, eles não são as leis de Newton. Se o são, estão reinterpretadas de uma maneira que seria inconcebível antes dos trabalhos de Einstein. As variáveis e os parâmetros que nos  $E_i$  einsteinianos representavam posição espacial, tempo, massa, etc. ainda ocorrem nos  $N_i$  e continuam representando o espaço, o tempo e a massa einsteiniana. Mas os referentes físicos desses conceitos einsteinianos não são de modo algum idênticos àqueles conceitos newtonianos que levam o mesmo nome. (A massa newtoniana é conservada; a einsteiniana é conversível com a energia. Apenas em baixas velocidades relativas podemos medi-las do mesmo modo e mesmo então não podem ser consideradas idênticas.) [...] Essa necessidade de modificar o sentido de conceitos estabelecidos e familiares é crucial para o impacto revolucionário da teoria de Einstein. Embora mais sutil que as mudanças do geocentrismo para o heliocentrismo, do flogisto para o oxigênio ou dos corpúsculos para as ondas, a transformação resultante não é menos decididamente destruidora para um paradigma previamente estabelecido. Podemos mesmo vir a considerá-la como um protótipo para as reorientações revolucionárias nas ciências. Precisamente por não envolver a introdução de objetos ou conceitos adicionais, a transição da mecânica newtoniana para a einsteiniana ilustra com particular clareza a revolução científica como sendo um deslocamento da rede conceitual através da qual os cientistas veem o mundo. [...] A maioria das diferenças aparentes entre uma teoria científica descartada e sua sucessora são reais pelo menos para os cientistas. Embora uma teoria obsoleta sempre possa ser vista como um caso especial de sua sucessora mais atualizada, deve ser transformada para que isso possa ocorrer. Essa transformação só pode ser empreendida dispondo-se das vantagens da visão retrospectiva, sob a direção explícita da teoria mais recente (KUHN, 1962/2007, p. 136-137, grifos nossos).

Definir revolução científica como um “deslocamento da rede conceitual através da qual os cientistas veem o mundo” lança precedentes para um aprofundamento da reflexão acerca do conhecimento científico. Desde “A Estrutura...” (1962/2007) até os artigos de 77 (1977/2011), Kuhn gradualmente passou a transitar desde uma reflexão acerca das revoluções científicas, passando pelo cuidado com os processos “locais” de mudança conceitual, até por fim analisar a participação dos paradigmas no funcionamento da linguagem. Não cabe aqui a descrição do processo que levou Kuhn desde a filosofia da ciência até suas teorizações sobre a linguagem e sobre a mente, mas cabe ressaltar que, uma vez sendo arbitrários os limites entre conhecimento científico e conhecimento em geral, o autor passou a conceber que, assim como aprender uma teoria científica implica em aprender uma maneira de ver o mundo, o aprendizado da linguagem como um todo é indissociável da aquisição de uma visão do mundo.

Ao aderir, durante sua educação, a determinados paradigmas, o cientista, bem como um indivíduo qualquer, adquire também uma visão de mundo. Esse processo de “herança do mundo” nos oferece uma oportunidade para entender melhor como os paradigmas operam a nível conceitual. No exemplo abordado acima, sobre a transição da mecânica clássica para a mecânica relativista, sabemos que Einstein intuiu, ou melhor, previu antes da crise uma necessidade de se reformular os modos de categorização dos elementos da natureza. Apesar disso, durante a crise, a falha dos paradigmas vigentes foi constatada antes de todo o resto. Isso não significa outra coisa senão que as fórmulas e modelos de cálculo do movimento falharam quando aplicadas a situações hipotéticas de movimentos próximos à velocidade da luz. Foi isso o que convenceu a comunidade científica a questionar seus modelos teórico-práticos. A teoria da relatividade não teria força alguma se não tivesse sido acompanhada de exemplos de cálculos eficientes tanto para os casos em que a mecânica clássica falhou quanto para os casos em que ela era bem sucedida. Além de sustentarem uma nova maneira de conceber os fatos (i.e. de ver o mundo), tais modelos apresentaram uma nova maneira de refletir sobre eles e convidaram os cientistas a aplicá-los e testá-los nas mais diversas situações imagináveis. Desse modo, o poder de convencimento da teoria estava, e frequentemente está, diretamente relacionado não apenas com o alcance e a precisão de seus paradigmas, mas também com a gama de possibilidades de construções teóricas que ele disponibiliza para serem construídos.

Tudo isso parecerá mais razoável se recordarmos mais uma vez que, nem o cientista, nem o leigo aprendem a ver o mundo gradualmente ou item por item. A não ser quando todas as categorias conceituais ou de manipulação estão preparadas de antemão – por exemplo, para a descoberta de um elemento transurânico adicional ou para captar a imagem de uma nova casa – tanto os cientistas como os leigos deixam de lado áreas inteiras do fluxo de experiência. A criança que transfere a aplicação da palavra “mamãe” de todos os seres humanos para todas as mulheres e então para a sua mãe não está apenas aprendendo o que “mamãe” significa ou quem é a sua mãe. Simultaneamente, está aprendendo algumas das diferenças entre homens e mulheres, bem como algo sobre a maneira na qual uma mulher comporta-se em relação a ela. Suas reações, expectativas e crenças – na verdade, grande parte de seu mundo percebido – mudam de acordo com esse aprendizado. Pelo mesmo motivo, os copernicanos que negaram ao Sol seu título tradicional de “planeta” não estavam apenas aprendendo o que “planeta” significa ou o que era o Sol. Em lugar disso, estavam mudando o significado de “planeta”, a fim de que essa expressão continuasse sendo capaz de estabelecer distinções úteis num mundo no qual todos os corpos celestes e não apenas o Sol estavam sendo vistos de uma maneira diversa daquela na qual haviam sido vistos anteriormente. [...] Os paradigmas determinam ao mesmo tempo grandes áreas da experiência (KUHN, 1962/2007, p. 166-167, grifos nossos).

A análise da atribuição de termos às “coisas” e da categorização de objetos é muito importante para a epistemologia de Kuhn. O conceito de “mamãe” não pode ser dissociado do termo “mamãe” e do modo como ele é utilizado. A organização do campo perceptual ou, o

que dá no mesmo, a organização do mundo da criança ocorre conforme ela aprende a discriminar partes do todo perceptivo, atribuir-lhes termos e, posteriormente, estabelecer relações entre termos/partes. O mundo que se figurará para a criança será determinado conforme ela atribua determinado termo a determinados objetos e não a outros. A mudança de significado, por sua vez, ocorrerá a partir de um reajuste dos termos, geralmente provocada por um conflito perceptivo, quando os termos usuais não parecerem estar nomeando corretamente o que está sendo percebido.

O processo de significação descrito na citação anterior consolida uma aproximação, talvez uma equivalência, entre o que ocorre na aprendizagem da criança ou da pessoa leiga e o que ocorre na pesquisa científica. Apesar do nível de complexidade, replicabilidade e precisão do conhecimento do cientista, seus atos de investigação, nomeação, descrição, categorização, testagem, explicação e estabelecimento de relações pouco diferem daquilo que a criança comum faz para aprender e segue fazendo por toda vida. Em ambos os casos os indivíduos estão adquirindo uma linguagem – e junto com ela uma maneira de ver as coisas – que utilizarão para operacionalizar sua experiência. A aquisição da linguagem, segundo o modelo de Kuhn, ocorre através da exposição aos modelos exemplares que ele chamou de paradigmas. A adesão aos paradigmas depende menos da racionalidade intrínseca aos mesmos do que de fatores exteriores à própria natureza do paradigma. É comum que a criança ou o estudante de ciências acatem a maioria dos paradigmas e convençam-se de sua veracidade menos pela suposta obviedade, funcionalidade ou atualidade do modelo do que pelo crédito concedido à autoridade que o transmite – sejam os pais, um professor ou um cientista renomado.

Dada sua importância para o conhecimento, surpreende-nos que os paradigmas sejam algo tão trivial. Na aprendizagem da ciência são corporificados nos exemplos de aplicação da teoria por intermédio dos quais os cientistas aprendem a própria teoria. Nos manuais, nas aulas ou nos laboratórios, eles geralmente são apresentados na forma de exercícios. Ao realizar um exercício de física cinemática, por exemplo, o estudante pode ser exposto à situação, real ou imaginária, de um carro em movimento. Diante desse fenômeno, ele precisa aprender a distinguir e nomear, conforme o modelo previamente ensinado, o que é o carro, o que é o tempo, o que é o deslocamento, e assim por diante. A partir disso, deverá estabelecer relações entre esses elementos, visando provocar algo também previsto pelo modelo. Praticando exercícios desse tipo – seja no papel, no laboratório ou mesmo mentalmente – os cientistas abstraem modelos que poderão ser generalizados e aplicados a outras situações



similares. Os exercícios, já sabemos, demonstram a teoria em funcionamento ao mesmo tempo em que funcionam como comprovação dessa teoria.

Na vida cotidiana os paradigmas não são apresentados de modo tão explícito, abrangente e sistemático, embora possam ser facilmente detectados. Em dois artigos publicados em 1977 no livro “A Tensão Essencial”, Kuhn (1977/2011) apresenta um exemplo que abarca aspectos da vida cotidiana e da vida científica acerca da formação da categoria “cisne” ou, o que dá no mesmo, acerca da construção do significado dessa palavra. Tal exemplo ilustra perfeitamente o processo de “herança do mundo” mencionado acima, o qual nada mais é do que aprendizagem, conforme veremos a seguir.

Retorno agora à argumentação principal, mas não aos exemplos científicos. Estes são demasiadamente complexos. Em vez disso, imaginemos uma criança pequena num passeio com o pai no jardim zoológico. A criança já sabe reconhecer aves e a discriminar pintarroxos. Nesse dia, ela aprenderá a identificar pela primeira vez cisnes, gansos e patos. Qualquer um que já tenha ensinado uma criança nessas circunstâncias sabe que o primeiro instrumento pedagógico é a exibição. Frases como “todos os cisnes são brancos” podem até ter seu papel, mas não são necessárias. Por ora, não as levarei em consideração, pois antes pretendo isolar, em sua forma mais pura, um modo diferente de aprendizado. A educação de Johnny ocorre do seguinte modo. O pai aponta para uma ave e diz: “Olha, Johnny, aquele é um cisne”. Pouco tempo depois, o próprio Johnny aponta para uma ave e diz: “Papai, outro cisne”. Entretanto, ele ainda não aprendeu o que são os cisnes e tem de ser corrigido: “Não, Johnny, aquele é um ganso”. A identificação seguinte de um cisne mostra-se correta, mas o próximo “ganso” é, na verdade, um pato, e o menino é mais uma vez corrigido. Após mais alguns encontros, cada um com seu devido reforço positivo ou negativo, a capacidade de Johnny para identificar essas aves aquáticas é tão grande quanto a do pai. [...] No fim do passeio, características como o comprimento e a curvatura do pescoço dos cisnes foram realçadas e outras foram atenuadas ou suprimidas, de modo que os dados relativos aos cisnes se equipararam e diferiram dos dados relativos aos gansos e aos patos, o que não ocorria antes. Aves que antes eram todas parecidas (e também diferentes) estão agora agrupadas em conjuntos discretos no espaço perceptivo (KUHN, 1977/2011, p. 327-328).

Em seguida, o autor reifica a articulação entre sua elaboração teórica e o exemplo dado:

Preciso dizer que os cisnes, gansos e patos que Johnny encontrou em seu passeio com o pai são o que chamo de exemplares? Apresentados a Johnny vinculados a seus rótulos, são soluções de um problema que os membros de sua futura comunidade já resolveram. Assimilá-los faz parte do processo de socialização pelo qual Johnny se torna parte da comunidade e durante o qual aprende sobre o mundo que a comunidade habita (KUHN, 1977/2011, p. 331).

Sabemos, pois, que a aprendizagem se dá fundamentalmente por intermédio da exposição a modelos exemplares, os paradigmas, e que isso molda nossa percepção do mundo na medida em que a estrutura em categorias organizadas segundo esses exemplos. Tais categorias perceptivas, também chamadas por Kuhn de “famílias naturais” ou “rótulos simbólicos”, possuem uma característica importante:

De fato, visto que o pai de Johnny lhe disse que patos, gansos e cisnes são membros de famílias naturais distintas, Johnny tem todo o direito de imaginar que todos os futuros patos, gansos e cisnes ocorrerão naturalmente dentro ou na periferia dessas famílias, e que nunca encontrará um dado que ocorra na região intermediária entre elas. Essa expectativa pode ser violada, talvez numa viagem à Austrália, mas servirá bem enquanto ele permanecer na comunidade que descobriu por experiência própria a utilidade e a viabilidade dessas discriminações perceptivas em particular e transmitiu de geração a geração a capacidade de realizá-las (KUHN, 1977/2011, p. 329).

Dado que a percepção se constrói sobre categorias aprendidas, não existem espaços perceptuais vazios. Isso significa, em tese, que tudo que o indivíduo é capaz de perceber cabe de alguma forma em seu campo perceptual. Os únicos casos especiais seriam as anomalias, que correspondem tanto àquilo que com dificuldade o cientista está tentando encaixar em seu campo perceptual, quanto aos estranhos animais australianos que Johnny, em situação hipotética, tentaria encaixar em uma das categorias que aprendeu. Ainda assim, as anomalias estão na margem do campo perceptual e não fora dele. “Em qualquer época, o conhecimento científico disponível dava conta do que havia para ser conhecido, mantendo os enigmas visíveis apenas no horizonte do conhecimento existente” (KUHN, 1977/2011, p. 307). Caso algo não caiba no campo perceptual, ele não existe para o indivíduo que percebe.

Tudo que é apresentado ao sujeito da percepção será, portanto, forçosamente ajustado aos seus paradigmas e nada que não for revelado por seus paradigmas será percebido. Isso equivale a dizer que tudo aquilo que não cabe no campo perceptual do indivíduo que percebe não existe para o mesmo, de modo que qualquer coisa que possa existir para além da percepção do indivíduo é incognoscível e nada pode ser percebido senão por intermédio das categorias subjetivas. O mundo ao qual uma pessoa tem acesso é o mundo que ela pode perceber, ou seja, o mundo dado por seus paradigmas. Kuhn admite uma fonte externa da percepção, a realidade, mas esta não pode ser conhecida em si mesma, pois toda experiência é construída segundo categorias apriorísticas e convencionais. Isso explica porque a revolução do conhecimento, isto é, a substituição de paradigmas, nunca aproxima o indivíduo da realidade, apenas permite-o perceber e lidar com ela de modo diferente e, eventualmente, melhor.

Além da inexistência de espaços perceptuais vazios, outra característica importante das famílias naturais precisa ser destacada:

O que Johnny aprendeu, portanto, é digno de ser conhecido. Mas ele sabe o que significam as palavras “ganso”, “pato” e “cisne”? Em qualquer sentido que possa ser posto em uso, sim, pois ele pode aplicar esses rótulos sem erro e sem esforço, extraindo conclusões comportamentais de sua aplicação, quer de modo direto, quer por enunciados gerais. Por outro lado, aprendeu tudo isso sem adquirir, ou ao menos sem precisar adquirir, um critério para identificar cisnes, gansos ou patos. Ele pode apontar para um cisne e dizer que deve haver água nas proximidades, mas também pode ser incapaz de dizer o que é um ganso. Em suma, Johnny aprendeu a aplicar

rótulos simbólicos à natureza sem nada que se pareça com uma definição ou regra de correspondência. Em sua ausência, emprega uma percepção de similaridade e diferença aprendida, mas, apesar disso, primitiva. Enquanto adquiria a percepção, aprendeu algo sobre a natureza. Segue disso que esse conhecimento pode ser engastado não em generalizações ou regras, mas na própria percepção de similaridade (KUHN, 1977/2011, p. 331).

As categorias prescindem de regras ou definições que lhe sejam anteriores. As regras de correspondência são extraídas das categorias, não o contrário. Isso quer dizer que, na prática, uma pessoa não usa uma informação do tipo “cisnes são aves” para identificar cisnes, mas, ao invés disso, ela extrai a generalização “cisnes são aves” de sua percepção já aprendida de cisnes e de aves. Se Kuhn (1977/2011) chama tais categorias ou famílias de “naturais”, é justamente porque elas são assimiladas antes de declarações formulaicas e tardias do tipo “cisnes são aves” e também porque, dentro do campo perceptivo do cientista, elas aparentam ser qualidades próprias da natureza, isto é, da forma pela qual a natureza se apresenta. É evidente que, ao longo do exercício científico, declarações do tipo “cisnes são aves” também são compartilhadas e funcionam como inferências lógicas extraídas do mundo percebido, mas a própria percepção é formulada antes disso, através dos exemplos (paradigmas) compartilhados, não das regras e “definições de dicionário” compartilhadas. Mesmo a alteração das regras e formulações sobre o mundo nem sempre é capaz de provocar alterações na percepção. Sobre isso Kuhn afirma:

É claro que vocês podem ter sido mal informados acerca da integridade natural da família dos cisnes. Mas isso pode ser descoberto com a experiência, por exemplo, pela descoberta de alguns animais (notem que é necessário mais de um) cujas características ocupem o vazio entre os cisnes e, digamos, os gansos, em intervalos quase imperceptíveis. Até que isso ocorra, entretanto, vocês saberão muito a respeito dos cisnes, apesar de não poderem estar completamente seguros do que sabem ou do que é um cisne. Suponham, agora, que todos os cisnes que vocês observaram sejam de fato brancos. Vocês deveriam adotar a generalização “todos os cisnes são brancos”? Ao fazê-lo, alterarão muito pouco o que já é conhecido. A alteração só será de alguma utilidade no caso improvável de encontrarem uma ave não branca que, em outros aspectos, é semelhante aos cisnes e, por realizar a alteração, vocês aumentam o risco de que a família dos cisnes não se revele, por fim, uma família natural. Em tais circunstâncias, é provável que se abstenham de generalizar, a menos que haja razões específicas para fazê-lo. [...] Agora, uma vez introduzida a generalização, o que vocês fariam se encontrassem uma ave negra que, fora isso, parecesse visualmente com os cisnes? Presumo que fariam quase as mesmas coisas, caso não tivessem previamente se comprometido com a generalização. Examinarão com cuidado a ave por fora, e talvez por dentro, a fim de descobrir outras características capazes de distinguir o espécime dos paradigmas que vocês possuem. Esse exame será particularmente demorado e exaustivo, caso tenham razões teóricas para acreditar que a cor caracteriza as famílias naturais, ou caso estejam profunda e pessoalmente comprometidos com a generalização. É muito provável que o exame revele outras diferenciações, e vocês anunciarão a descoberta de uma nova família natural. Mas também poderiam não encontrar diferenciações e então anunciariam que um cisne negro foi localizado (KUHN, 1977/2011, p. 304-305, grifos nossos).

O autor chama o tipo de conhecimento que se adquire através dos exemplos compartilhados de “conhecimento tácito”, em oposição ao “conhecimento declarativo” que se pode construir a partir dele (KUHN, 1962/2007, p. 239). As categorias perceptivas constituem-se por meio de exemplos compartilhados, enquanto as categorias declarativas ou interpretativas constituem-se por meio de regras extraídas das categorias perceptivas. Nesse sentido, toda interpretação teórica – seja ela científica, religiosa, filosófica ou laica – é empírica, por sustentar-se em categorias perceptivas. É importante ressaltar, contudo, que o sentido kuhniano pelo qual tomamos o termo ‘empírico’ não refere-se à realidade em si, já que o mundo percebido é também, de certa forma, aprendido. Ademais, as categorias declarativas – ou declarações categóricas – só são necessárias enquanto as categorias perceptivas estiverem se comportando de modo anômalo, exatamente como os paradigmas que falham durante a crise científica. A relação das categorias perceptivas com a atividade científica, por sinal, torna-se mais claro agora.

O paradigma “informa ao cientista que entidades o universo contém ou não contém, bem como as maneiras segundo as quais essas entidades se comportam. Essa informação fornece um mapa cujos detalhes são elucidados pela pesquisa científica amadurecida” (KUHN, 1962/2007, p. 144). A definição das entidades que compõem o mundo é, portanto, essencial para o trabalho científico, mas ela se dá através dos paradigmas. Em outras palavras, as definições teóricas são escolhidas em função de sua aplicabilidade ao mundo que elas próprias ajudam a configurar. Isso se vê no fato de que “os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata isoladamente. [...] Uma nova teoria é sempre anunciada juntamente com suas aplicações a uma determinada gama concreta de fenômenos naturais. [...] O processo de aprendizagem depende do estudo das aplicações” (KUHN, 1962/2007, p. 71). Os cientistas buscam teorias que tornem o mundo cada vez mais cognoscível, mas isso depende da apreensão de situações exemplares, ou modelos, que evidenciem como a teoria se conecta com o mundo. Sendo assim, não se trata de adaptar a teoria à realidade, mas de adaptar a realidade à teoria. “Esse empreendimento parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma” (KUHN, 1962/2007, p. 44). É nesse sentido que Kuhn compara a atividade científica normal à resolução de quebra-cabeças. O cientista possui uma imagem prévia do mundo e uma noção de como devem ser as peças que compõem essa imagem. A partir disso, ele busca articular os dados extraídos de sua pesquisa, de modo a conformá-los com sua concepção prévia do mundo. Kuhn nos fornece um exemplo que ilustra essa propriedade da atividade científica:

O indivíduo que constrói um instrumento para determinar o comprimento de ondas ópticas não se deve contentar com um equipamento que não faça mais do que atribuir números a determinadas linhas espectrais. Ele não é apenas um explorador ou medidor, mas, ao contrário, alguém que deve mostrar (utilizando a teoria óptica para analisar seu equipamento) que os números obtidos coincidem com aqueles que a teoria prescreve para os comprimentos de onda. Se alguma indeterminação residual da teoria ou algum componente não analisado de seu equipamento impedi-lo de completar sua demonstração, seus colegas poderão perfeitamente concluir que ele não mediu absolutamente nada (KUHN, 1962/2007, p. 62).

Kuhn arrisca-se a afirmar que não se trata apenas de uma mudança na maneira de conceber o mundo, mas antes de uma mudança no próprio mundo, tendo em vista a impossibilidade de determinarmos como a natureza poderia ser para além do modo como a concebemos. “Os cientistas não veem uma coisa *como* se fosse outra diferente – eles simplesmente a veem” (KUHN, 1962/2007, p. 117). Por essa razão Kuhn autoriza-se a afirmar que os autores realizavam suas pesquisas em mundo diferentes. “Alguma coisa semelhante a um paradigma é um pré-requisito para a própria percepção. O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (KUHN, 1962/2007, p. 149-150). O único mundo a que temos acesso é, portanto, o mundo que herdamos por intermédio da aprendizagem por paradigmas. A percepção desse mundo não é edificada sobre uma tabula rasa, mas sim sobre categorias formadas histórica e arbitrariamente (“historicamente” porque dizem respeito a uma tradição, “arbitrariamente” porque dizem respeito a uma convenção). Além disso, esse mundo se transforma toda vez que os paradigmas que o sustentam são substituídos, de modo que nossa percepção e forma de agir acompanham tal transformação. A mudança de paradigmas é, nesse ponto, apresentada por Kuhn por meio da comparação da experiência do cientista e a experiência do sujeito da psicologia da *gestalt*.

As bem conhecidas demonstrações relativas a uma alteração na forma (*gestalt*) visual evidenciam-se muito sugestivas como protótipos elementares para essas transformações. O que eram patos no mundo do cientista antes da revolução posteriormente são coelhos. Aquele que antes via o exterior da caixa desde cima depois vê seu interior desde baixo. Transformações dessa natureza, embora usualmente sejam mais graduais e quase sempre irreversíveis, acompanham comumente o treinamento científico. Ao olhar uma carta topográfica, o estudante vê linhas sobre o papel; o cartógrafo vê a representação de um terreno. Ao olhar uma fotografia da câmera de Wilson, o estudante vê linhas interrompidas e confusas; o físico um registro de eventos subnucleares que lhe são familiares. Somente após várias dessas transformações de visão é que o estudante se torna um habitante do mundo do cientista, vendo o que o cientista vê e respondendo como o cientista responde (KUHN, 1962/2007, p. 148).

A semelhança entre as experiências do cientista e do sujeito experimental da psicologia da *gestalt* reside na mudança do campo perceptual. Assim como o sujeito da psicologia da *gestalt* aprende a enxergar uma figura onde via outra, o cientista aprende a ver

um novo fenômeno onde via outro. A diferença é que, dada a superioridade do novo modelo, dificilmente o cientista tentará ou será capaz de voltar a ver as coisas do modo antigo, deixando tal tarefa para os historiadores e filósofos da ciência. Esse tipo de resignificação coincide com o processo linguístico apresentado acima, segundo o qual a mecânica newtoniana foi apropriada pela mecânica einsteiniana a partir de uma mudança de referentes e de uma readaptação dos termos.

O último ponto a se saber acerca das categorias perceptivas consiste em que, conforme a historiografia da ciência mostrou para Kuhn, os cientistas, independentemente da época, possuem sempre uma visão completa e acabada do mundo, uma expectativa global de como ele deve se comportar. Isso não significa que essa “visão completa e acabada” explique o mundo como um todo, mas ela dá a todos os fenômenos um lugar. A tarefa da ciência normal é justamente descrever e explicar o mundo que está sendo visto. Enquanto for possível, os cientistas testam, aprimoram e expandem suas explicações, tornando-as mais sofisticadas e preditivas. Como resultado, aumentam seu controle sobre o mundo em que vivem. A atividade científica normal, aplicando seus métodos e instrumentos, é geralmente bem sucedida em encontrar regularidades no mundo e estabelecer relações entre seus elementos. Mas graças ao aprimoramento dos métodos e instrumentos científicos e ao avanço da pesquisa normal, em algum momento do processo o cientista se confrontará com fenômenos anômalos no mundo que vê cada vez com mais precisão. Tais fenômenos não se ajustam à percepção e deixam de fazer sentido dentro da visão de mundo. Deflagra-se então uma crise mais ou menos branda nas disciplinas afetadas, durante a qual os cientistas que trabalham nessas disciplinas são forçados a executar suas tarefas de modo extraordinário, abandonando a pesquisa normal e retomando discussões conceituais fundamentais. Tais discussões são frequentemente os motores de uma revolução que reconfigura não só a estrutura da disciplina em questão, como também a visão de mundo, ou melhor, o mundo que está sendo visto pelos praticantes da disciplina. As categorias perceptivas como um todo – ou seja, toda a visão de mundo do sujeito da percepção – são mais ou menos reajustadas, de modo que os rótulos de agora não fazem mais sentido na organização perceptual anterior. O olhar que o cientista possui agora é mais ou menos incompatível, ou melhor, incomensurável com o olhar que possuía antes da mudança. Os rótulos e categorias de agora não se aplicam perfeitamente uns aos outros como antes, pois foram radicalmente transformados.

Dada essa discussão, a equivalência entre paradigmas, exemplos compartilhados e categorias perceptivas tornou-se patente ao ponto de Kuhn afirmar que, tendo em vista as

controvérsias que provocou, o termo “paradigma” poderia ser dispensado desde que se compreendesse que:

Os exemplos compartilhados podem cumprir funções cognitivas comumente atribuídas a regras compartilhadas. Quando o fazem, o conhecimento se desenvolve de modo diferente daquele que ocorre quando é governado por regras. Este artigo é, acima de tudo, um esforço para isolar e esclarecer a importância desses pontos essenciais. Se puderem ser percebidos, poderemos dispensar o termo “paradigma”, embora não o conceito que levou à sua introdução (KUHN, 1977/2011, p. 337).

Ao longo de suas publicações, influenciado também por tais controvérsias, Kuhn (2000/2006, 1962/2007, 1977/2011) encaminhou sua análise desde o fenômeno epistemológico da transformação do conhecimento até os mecanismos “psicolinguísticos” pelos quais o exercício do conhecimento opera. O conhecimento em geral e a ciência em particular são práticas de um grupo que se desenvolvem normalmente em referência a exemplos compartilhados. Tais exemplos, chamados paradigmas, estruturam a percepção do mundo e determinam as possibilidades de descrição e interpretação do mundo percebido. Ainda que não correspondam à realidade pura, os dados da percepção são as unidades de análise imediatas e irredutíveis. A interpretação, por sua vez, é o exercício de acomodação dos dados da percepção aos modelos que originalmente constituíram a percepção. Tanto a percepção da realidade quanto a interpretação da realidade são possíveis graças à linguagem e esta é possível apenas por intermédio do exercício de um grupo. Como o indivíduo sempre está inserido em uma pluralidade de tradições, o compartilhamento de modelos e interpretações concernentes é o que possibilita, mesmo que relativamente, o consenso e o estabelecimento de objetividade ou, o que dá no mesmo, de intersubjetividade em um grupo.

Uma vez que formulações teóricas em particular e declarações sobre o mundo em geral são posteriores a categorias perceptivas, a análise dos referentes e dos contextos aos quais as categorias perceptivas se aplicam (ou não) é mais interessante para o estudo da evolução de um conceito do que quaisquer definições teóricas categóricas feitas sobre eles. Para se compreender a evolução do conceito de cisne para Johnny, por exemplo, é mais relevante avaliar ao que no mundo (e em detrimento do que no mundo) o menino podia aplicar o termo ao longo do tempo, do que avaliar as diferentes declarações sobre os cisnes que ele fez nesse mesmo período. Evidentemente, os modos pelos quais Johnny aplicou o conceito só podem ser inferidos de suas declarações, mas isso é diferente de definir cisnes a partir das declarações que Johnny fez.

Assim, o procedimento que extraímos de Kuhn para identificar a estrutura de um conceito científico, filosófico ou cotidiano é o mesmo, pois todo conceito é veiculado por um termo e viabilizado por uma linguagem. Tal procedimento tem por fundamento a análise das

categorias perceptivas que constituem o termo que está sendo estudado. Qualquer investigação semântica realizada sob essa perspectiva precisa levar em conta que o significado de um termo, isto é, o conceito que ele encerra, é tácito antes de ser declarativo e possui um lugar que só faz sentido em uma visão de mundo específica, isto é, em um modo específico de ver o mundo.

Se os paradigmas são exemplares do tipo “isso é X, aquilo é Y”, é nesse sentido que eles são modelares, estruturantes da percepção, pois é somente depois disso que afirmações declarativas do tipo “X é Y” podem ser feitas. “Isso é *cisne*”, “isso é *branco*” e “isso é *ê*” diferem de “cisne é branco” na medida em que o referente “isso” em questão estabelece uma condição indicial, isto é, depende sempre do contexto perceptivo e escapa a qualquer declaração definitiva. A diferenciação posta aqui se dá, portanto, entre a percepção de algo e a interpretação dessa percepção. O conhecimento tácito adquirido dos paradigmas estrutura a percepção, enquanto o conhecimento formal ou declarativo sobre o mundo – incorporado nas regras e generalizações derivadas da experiência – é uma tentativa de interpretar aquilo que se percebe, o que implica em descrever, articular e ser capaz de manipular o mundo percebido. “Tanto no sentido metafórico como no sentido literal do termo ‘visão’, a interpretação começa onde a percepção termina” (KUHN, 1962/2007, p. 246).

Considerando que a percepção do cientista refere-se a categorias construídas que não coincidem com a realidade pura, mas que ainda assim são anteriores às declarações categóricas ou teóricas que podem ser extraídas delas, então é legítimo dizer que a percepção é empírica e que a experiência de mundo é, no mínimo, concomitante a construções filosóficas. Desse modo, a análise de um conceito enquanto categoria perceptiva pode ser tão relevante quanto a análise da herança cultural e filosófica que impregna tal conceito. E se analisar uma categoria perceptiva depende, como sabemos, da identificação dos paradigmas que a estruturam, concluímos que isso difere tanto de uma análise dos fundamentos filosóficos quanto da análise de definições declarativas que envolvem tal categoria. Trata-se de uma identificação mais ou menos precisa dos referentes aos quais um rótulo é aplicado em diferentes situações perceptivas – ou seja, do modo como ele [o rótulo] estrutura a percepção e atrela teoria e mundo – bem como das situações nas quais tais aplicações são (ou não) possíveis. Essa é uma questão recorrente no campo das traduções entre idiomas, pois uma palavra pode não ter correspondente em outro idioma, isto é, pode não existir na outra língua uma palavra que cubra as mesmas aplicações que aquele que se quer traduzir cobre em sua língua original. Todavia, dependendo do contexto, diversos termos podem ser utilizados para expressar o mesmo significado. Os termos escolhidos, por sua vez, cobrem outras situações



que o termo original eventualmente não cobriria. Assim, a tradução nunca é uma transliteração. Também nisso se revela a incomensurabilidade entre duas linguagens diferentes, no fato de que uma linguagem nunca cobre/constitui os mesmos referentes que outra.

Vimos até aqui que, segundo Kuhn (1962/2007), as teorizações e declarações tanto do cientista quanto do homem comum são construídas sobre sua percepção, isto é, sobre o mundo que percebem (e nesse sentido são empíricas). Entretanto, esse mundo não corresponde à realidade em si, mas sim a um modo específico de ver o mundo (uma visão de mundo) que é estruturado por aquilo que o autor chamou de paradigmas. Em outras palavras, a teoria estrutura-se por meio da percepção e a percepção estrutura-se por meio dos paradigmas. Os paradigmas não seriam, portanto, a base filosófica de um conjunto de teórico (e, portanto, declarativo), mas sim as condições de uso e aplicação dos termos dessas declarações. A análise dos paradigmas, por sua vez, não seria a análise dos fundamentos filosóficos de uma teoria (que correspondem àquilo que Kuhn chama de “matriz disciplinar”), mas sim a análise das condições de aplicação dos termos dessa teoria. Esse processo de identificação dos referentes ou condições de aplicação de um termo corresponde à identificação do papel que tal termo (bem como o conceito que ele encerra) cumpre enquanto constituinte de categorias perceptivas, isto é, enquanto um paradigma.

Com isso chegamos ao método que adotaremos para avaliar a utilização do conceito de *Trieb* na obra de Freud: identificar a função paradigmática do termo ‘*Trieb*’, ou seja, a que situações ele se aplica (ou não) em alguns dos diferentes momentos em que foi utilizado, bem como qual seu enquadre categorial quando de sua aplicação.

### 3. A CONSTRUÇÃO FREUDIANA DO CONCEITO DE *TRIEB*

Vimos na introdução do trabalho que a discussão em torno da tradução de um termo está atrelada à carga teórica implicada. Sabendo a definição de *Trieb* foi bastante desenvolvida por Freud, neste capítulo abordaremos as vicissitudes do mesmo ao longo das publicações freudianas dirigidas a ele. Começaremos com uma contextualização da psicanálise, apresentando brevemente sua origem tal qual descrita por Freud. A apresentação do contexto no qual emergiu o conceito de *Trieb* é importante para que possam ser compreendidos os fenômenos aos quais ele se refere e as situações às quais é aplicado. Em seguida abordaremos a teoria do *Trieb* dividindo-a em dois momentos, conforme a transformação do conceito efetuada por Freud a partir da introdução de uma nova dualidade em um momento tardio da psicanálise.

Segundo Freud (1904/1996), o método psicanalítico foi derivado do método catártico, por sua vez derivado do método hipnótico. A hipnose era comumente utilizada por médicos e místicos do final do século XIX para tratar as chamadas “enfermidades neuróticas” ou “doenças nervosas funcionais”, que de modo geral consistiam em distúrbios psicogênicos ou sem causa orgânica aparente. Cada um a seu modo, os hipnotizadores primeiramente induziam o paciente a entrar em estado de sonambulismo, pois tal estado parecia torná-lo especialmente suscetível à influência. O médico aproveitava-se disso para, através de sugestões e proibições, ordenar ao paciente que não mais manifestasse seus sintomas psicológicos<sup>1</sup>. Após saírem do estado hipnótico, os pacientes com frequência aparentavam estar livres dos sintomas que os levaram ao médico. Estando uma pessoa em estado hipnótico, era possível até mesmo induzi-la a adquirir determinados sintomas ou a esquecer determinados acontecimentos dolorosos (FREUD, 1893/1996).

Em 1881, o médico Josef Breuer teve a oportunidade de tratar Bertha Pappenheim, uma jovem que padecia de uma neurose cujas principais manifestações foram classificadas por ele como “paralisias histéricas”. Breuer sabia que o estado hipnótico, além de tornar o paciente suscetível à sugestão, ampliava o acesso a suas lembranças. Aproveitou-se então dessa ampliação da memória para questionar a paciente sobre detalhes de sua enfermidade. Quando lúcida, a memória da paciente era cheia de lacunas e ela não sabia informar como sua doença começara ou em quais ocasiões se manifestava. Em estado hipnótico, entretanto, foi capaz de lembrar-se que seus sintomas pareciam ter relação com a época em que cuidava de

---

<sup>1</sup> Esse exercício também era conhecido como “sugestão pós-hipnótica”.

seu pai enfermo. Naquela ocasião ela padecia de diversos sentimentos aflitivos, mas conteve-os para não preocupar o pai. Era como se os afetos tivessem sido represados e agora pudessem encontrar expressão apenas através dos sintomas, os quais desapareciam na medida em que as cenas dolorosas que os causaram eram lembradas e os sentimentos que haviam sido retidos eram exprimidos.

Em um dos sintomas, Bertha era impossibilitada de beber água, sentindo asco profundo ao tentá-lo. Através da indagação de Breuer durante a hipnose, a paciente lembrou-se de uma situação na qual viu um cachorro bebendo água em um copo, mas precisou conter sua repulsa devido à presença de uma dama pela qual não tinha afeição. A repugnância ao ver o cachorro bebendo água foi substituída pela repugnância a beber água. Enquanto recordava-se e relatava a cena, a paciente manifestou o afeto em questão e, após acordar, tornou-se novamente capaz de ingerir líquidos. O ato de dar expressão ao afeto retido foi chamado por Breuer de “catarse” e o ato de provocar catarses curativas através da hipnose foi chamado de “método catártico” (FREUD, 1895/1996).

Mais de uma década depois, quando Freud recém retornou a Viena da viagem que fez a Paris para estudar hipnose com o célebre neurologista Jean Charcot, Breuer comunicou-lhe seu relativo sucesso clínico, convencendo-o da superioridade do método catártico sobre o hipnótico. Em sua prática clínica subsequente, servindo-se do método de Breuer, Freud constatou que a origem de todos os sintomas histéricos remetia a determinadas vivências que geralmente possuíam caráter traumático. Isso quer dizer que a vivência relacionava-se com algum conflito, cuja solução tornou-se possível apenas pelo represamento do afeto, ou seja, pelo impedimento de sua manifestação. Freud passou a ter considerável êxito terapêutico induzindo pacientes em estado hipnótico, assim como Breuer fizera, a reviverem os momentos traumáticos em que seus sintomas psicopatológicos surgiram. Entretanto, algumas dificuldades interpuseram-se ao seu trabalho: (1) os sintomas eram invariavelmente expressão de inúmeras experiências traumáticas, nunca de apenas uma; (2) nem todos os pacientes eram hipnotizáveis, sendo que muitos resistiam ao ritual hipnótico; e (3) os sintomas mui amiúde retornavam, ainda que com novas formas, caso o médico por algum motivo perdesse sua autoridade sobre o paciente. O método catártico havia dispensado o uso da sugestão ordenativa do método hipnótico, mantendo a hipnose apenas para auxiliar na execução de uma investigação sistemática dos sintomas. Para contornar as dificuldades persistentes, Freud (1904/1996) foi adiante e renunciou não apenas à sugestão hipnótica, como também à própria hipnose.

A função da hipnose era permitir acesso a lembranças esquecidas do paciente que haviam colaborado na formação de seus sintomas. Uma vez que não mais se dispunha desse “alargamento da memória” possibilitado pela hipnose, Freud passou a utilizar as associações espontâneas do paciente como vias de acesso a essas lembranças. Evidentemente, a hipótese de que as associações do paciente poderiam conduzir ao material patogênico também teve sua inspiração. Freud lembrou-se de uma orientação na qual o neurologista Hyppolyte Bernheim demonstrara que experiências esquecidas por força da sugestão hipnótica poderiam ser resgatadas através da insistência enérgica do médico sem que o paciente precisasse ser hipnotizado novamente. Julgava-se que os esquecimentos, as recordações e a cessação de sintomas eram possíveis graças à hipnose, mas na verdade todos esses fatores, bem como o próprio estado hipnótico ou sonambúlico, eram decorrentes do poder de sugestão do médico sobre o paciente (FREUD, 1917b/1996). No ímpeto de desmistificar o procedimento, Freud constatou que hipnotizar um paciente não significava outra coisa senão usar a sugestão para induzir o paciente a entrar em estado sonambúlico, sendo a fonte de “poder” do médico anterior ao estado de sonolência típico da hipnose. A partir disso, passou a utilizar a sugestão não para hipnotizar ou ordenar que os sintomas cessassem, mas para solicitar aos pacientes que se lembrassem das causas de seus sintomas, relatando o que quer que lhes ocorresse em relação aos mesmos. Constatou desse modo que, quando não emergiam lembranças diretas das causas dos sintomas, ao menos alusões a estas apareciam em seu lugar, permitindo seu progressivo esclarecimento.

Durante um curto período Freud utilizou alguns recursos técnicos para ampliar o poder de sua sugestão, como, por exemplo, pressionar a testa do paciente sob a alegação de que as lembranças e conexões necessárias emergiriam durante este ato. Mas “a técnica da pressão nada mais é do que um truque para apanhar temporariamente desprevenido um ego ansioso por defender-se. Em todos os casos mais ou menos graves o ego torna a relembrar seus objetivos e oferece resistência” (FREUD, 1895/1996, p. 292). Tais caminhos rapidamente o levaram a constatar que

a insistência era desnecessária e que ideias copiosas quase sempre surgiam na mente do paciente, mas eram retidas de serem comunicadas e, até mesmo, de se tornarem conscientes devido a certas objeções colocadas pelo paciente, à sua própria maneira. Era de se esperar [...] que tudo o que acontecesse a um paciente, estendendo-se de um ponto de partida específico, deveria também estar em conexão interna com esse ponto de partida; daí surgiu a técnica de ensinar o paciente a abandonar toda a sua atitude crítica e fazer uso do material que era então trazido à luz para o fim de revelar as conexões que estavam sendo buscadas (FREUD, 1923a/1996, p. 255).

As lembranças esquecidas naturalmente impeliam-se na direção de serem lembradas, mas não alcançavam êxito porque o próprio paciente, conscientemente ou não, as impedia de

emergir. Em outras palavras, o paciente censurava as ideias que lhe ocorriam e, em seu lugar, emergiam os sintomas (ou as alusões às lembranças, no caso da situação terapêutica). O novo desafio era “educar” o paciente a abdicar de sua atitude crítica e reflexiva, a fim de permitir que as ideias outrora inacessíveis emergissem subitamente à sua consciência. Para alcançar esse objetivo, Freud pedia ao paciente que evitasse distrações, dirigisse sua atenção de modo imparcial e desapaixonado para a superfície de sua consciência (FREUD, 1914a/1996) e, com a curiosidade de um verdadeiro pesquisador, informasse literalmente ao médico tudo o que lhe ocorresse de modo espontâneo, na ordem em que ocorresse, por mais desagradável que fosse dizê-lo ou ainda que parecesse não ter relação alguma com o assunto em questão. Em outras palavras, solicitava-se ao paciente que desse total liberdade ao fluxo associativo de seus pensamentos. Tal tarefa “exige uma atitude especial da atenção, bastante diferente da reflexão, e que exclui esta” (FREUD, 1916b/1996, p. 111). A partir dos sintomas ou das correspondentes lacunas na memória de seus pacientes, Freud os solicitava que realizassem o exercício de associação espontânea descrito acima. Isso o conduziu a uma importante constatação: “A primeira coisa que conseguimos ao estabelecer a regra técnica fundamental é que ela se transforma no alvo dos ataques da resistência. O paciente procura, por todos os meios, livrar-se das exigências desta regra [...] com inumeráveis variações e apenas se pode replicar que ‘dizer tudo’ realmente significa ‘dizer tudo’” (FREUD, 1917a/1996, p. 294).

Freud percebeu que esse modo de utilização do método analítico para incitar lembranças esquecidas ainda resultava, como na hipnose e na catarse, em deixar de lado outras lembranças importantes, pois a seleção do conteúdo a ser utilizado como objeto de associação era sempre arbitrária e com frequência levava o analista a desprezar elementos relevantes sem aperceber-se disso. Interferir demais no curso de associações do paciente poderia tornar a análise obscura e incerta. Por essa razão, Freud radicalizou a utilização da associação, dando aos pacientes total liberdade de associação. Não haveria mais um ponto de partida específico e o conteúdo a ser dito não deveria mais ser selecionado pelo paciente nem pelo analista, em vez disso, o paciente deveria simplesmente dizer o que ocorria naquele momento, conforme lhe fosse ocorrendo e na ordem em que lhe fosse ocorrendo. “Deve, teoricamente, sempre ser possível ter uma associação, contanto que não se estabeleçam quaisquer condições quanto ao seu caráter” (FREUD, 1925/1996, p. 46). Como ilustração, Freud dizia ao paciente: “Diga tudo o que lhe passa pela mente. Aja como se, por exemplo, você fosse um viajante sentado à janela de um vagão ferroviário, a descrever para alguém o que se encontra dentre as vistas cambiantes que vê lá fora” (FREUD, 1913/1996, p. 150).

Assim, a “associação livre” foi estabelecida, portanto, como a regra fundamental, condicional e fundadora de seu novo método de tratamento, superior ao método catártico.

Disto resulta um novo tipo de divisão de trabalho: o médico revela as resistências que são desconhecidas ao paciente; quando essas tiverem sido vencidas, o paciente amiúde relaciona as situações e vinculações esquecidas sem qualquer dificuldade. O objetivo destas técnicas diferentes, naturalmente, permaneceu sendo o mesmo. Descritivamente falando, trata-se de preencher lacunas na memória; dinamicamente, é superar resistências devidas à repressão (FREUD, 1914a/1996, p. 163).

Se o método psicanalítico é, por definição, a superação das resistências devidas à repressão, cabe questionar a que o paciente faz resistência. Freud constatará que se trata, sobretudo, de uma resistência a um *Trieb* sexual<sup>1</sup>. Essa é uma indicação preliminar de como a própria configuração prática da psicanálise é propícia para a emergência do conceito de *Trieb*, isto é, a configuração prática da psicanálise, de alguma forma, demanda esse conceito.

Seguindo a lógica da epistemologia de Kuhn, percebemos que a constatação de *Triebe* sexuais subjacentes à resistência depende de uma aplicação paradigmática do tipo “esse fenômeno ao qual o paciente resiste enquadra-se na categoria ‘*Triebe* sexuais’”. Trata-se, portanto, de uma constatação empírica, no sentido kuhniano do termo, pois ela é anterior às teorias de Freud, ainda que não corresponda à realidade pura e seja certamente configurada pelos mesmos modelos que configuram as teorias do autor. Sendo assim, não nos interessa abordar, por mais relevantes que sejam para a construção do conceito, o contexto cultural e a herança filosófica de Freud. Nosso interesse dirige-se, como afirmamos, à função paradigmática do conceito, ou seja, ao enquadre referencial e ao estatuto prático que configura a utilização do termo ‘*Trieb*’. Para fazermos essa avaliação, é interessante que antes abordemos o estatuto teórico dado ao mesmo por Freud.

Passaremos a seguir a uma exposição da teoria do *Trieb*, didaticamente dividindo-a em dois momentos consecutivos, cuja transição é marcada pelo advento do *Trieb* mortal<sup>2</sup>. Estamos cientes de que essa divisão da teoria do *Trieb* em dois momentos é arbitrária na medida em que transformações conceituais são graduais e constantes. Nossa opção pela apresentação do conceito anterior e posteriormente à introdução do *Trieb* mortal possui o intuito de apenas nos garantir que estejamos nos dirigindo ao conceito em dois momentos

<sup>1</sup> Cabe aqui fazer uma observação acerca de um detalhamento teórico nada trivial. Freud não é tão inequívoco quanto à natureza do conteúdo da resistência. “Em certos textos freudianos é a pulsão que é objeto de recalque, em outros é a representação, em outros é o afeto ou o desejo” (HANNIS, 1999, p. 25). Assim, é importante mantermos em mente a possibilidade de que a resistência seja erigida não contra um o *Trieb* em si mesmo, mas contra um representante do *Trieb*. Essa distinção não altera, contudo, o fato de que a existência da pulsão é denunciada por uma resistência à sua manifestação.

<sup>2</sup> Na maioria dos casos em que Freud qualificou o *Trieb* no texto alemão, há ausência de preposições entre a palavra ‘*Trieb*’ e seu adjetivo (e.g., *lebenstrieb* e *todestrieb*, cujos respectivos prefixos significam ‘vida’ e ‘morte’). A versão inglesa, bem como sua derivada portuguesa, recorre à preposição ‘of’ (‘de’) para compor as traduções “instinto de vida” e “instinto de morte”. Evitaremos, todavia, antecipar a discussão sobre o problema da tradução e nos referiremos a *lebenstrieb* e *todestrieb*, respectivamente, como ‘*Trieb* vital’ e ‘*Trieb* mortal’, preservando ‘instinto de vida’ e ‘instinto de morte’ apenas nas citações.

distintos de sua aplicação, isto é, em dois momentos separados por um acúmulo de revoluções conceituais importantes. Por essa razão, não nos preocuparemos em apresentar as transformações do conceito através dos textos exatos nos quais tais transformações foram originalmente introduzidas. Nosso critério de seleção bibliográfica resumiu-se, em suma, a nos propiciar fornecer uma fonte de exemplares do uso do conceito em momentos distintos.

### 3.1 – A primeira teoria do *Trieb*:

No artigo metapsicológico sobre “O Instinto e suas Vicissitudes”, Freud dedica-se ao conceito de *Trieb*<sup>1</sup> apresentando-o inicialmente como um conceito bastante impreciso. Freud inicia o artigo discorrendo sobre a inevitável indefinição de certos conceitos teóricos: “Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições” (FREUD, 1915a/1996, p. 123). O autor esforça-se, todavia, por construir uma definição positiva para o conceito de *Trieb*. Uma das primeiras afirmações a aparecerem nesse texto é: “um instinto é um estímulo aplicado à mente” (FREUD, 1915a/1996, p. 124). Freud não apresenta uma definição prévia de o que seria o estímulo, mas indica de onde o retirou:

Em primeiro lugar, do ângulo da fisiologia. Isso nos forneceu o conceito de um ‘estímulo’ e o modelo do arco reflexo, segundo o qual um estímulo aplicado ao tecido vivo (substância nervosa) a partir *de* fora é descarregado por ação *para* fora. Essa ação é conveniente na medida em que, afastando a substância estimulada da influência do estímulo, remove-a de seu raio de atuação (FREUD, 1915a/1996, p. 124).

Supostamente derivado da fisiologia, o estímulo seria algo que permanece aqui indefinido, mas que participa de um “arco reflexo”, no âmbito do qual vem desde fora e é expulso pela substância nervosa para fora através de uma ação. A partir disso, Freud afirma que o conceito de *Trieb* é subordinado ao conceito de estímulo, mas não é idêntico a ele.

Existem evidentemente outros estímulos à mente, além daqueles de natureza instintual, estímulos que se comportam muito mais como fisiológicos. Por exemplo, a luz forte que incide sobre a vista não é um estímulo instintual; já a secura da membrana mucosa da faringe ou a irritação da membrana mucosa do estômago o são (FREUD, 1915a/1996, p. 124).

Adotando uma perspectiva kuhniana, acreditamos que os exemplos são peças fundamentais da transmissão do conhecimento, isto é do significado das expressões, pois são

---

<sup>1</sup> Visto estarmos nos servindo da Edição *Standard* das Obras Completas de Freud, a palavra ‘instinto’, quando aparecer nas citações freudianas do restante deste capítulo, será considerada como equivalente indiscriminado de ‘*Trieb*’.

eles os responsáveis por vincular a expressão a uma experiência e permitir a sua aplicação em outras situações. Mesmo que ainda não tenhamos passado a uma análise paradigmática do conceito de *Trieb*, o trecho acima é oportuno por apresentar uma *situação exemplar* na qual o próprio Freud indica um caso que pode receber o nome ‘*Trieb*’ e outro que não. A luz que incide sobre a vista é um estímulo, mas não é instintual (*triebhaft*). A irritação da mucosa, por sua vez, é *triebhaft*, também pertencendo à categoria estímulo. Como se vê, esses exemplos possuem um poder implícito de categorização da experiência, ao mesmo tempo em que carregam algo de arbitrário. Dizemos que esses exemplos carregam algo arbitrário não porque não existam determinações teóricas importantes que os constituem, mas antes porque, para o leitor ou estudante, a aceitação das categorias implícitas aos mesmos depende muito pouco ou nada das motivações lógicas que os determinam. Segundo Kuhn, basta que o estudante testemunhe as categorias em funcionamento e consiga generalizá-las a outros exemplos para que elas possam ser vistas como verdadeiras para ele. Ademais, o próprio Freud reconhece o caráter arbitrário desse conceito: “Para nossa orientação, ao lidarmos com o campo de fenômenos psicológicos não nos limitamos a aplicar ao nosso material empírico certas convenções à guisa de conceitos básicos; também empregamos um bom número de postulados complicados” (FREUD, 1915a/1996, p. 125).

Conforme demonstrado por Kuhn (1962/2007), eles são fato e teoria sendo apresentados simultaneamente, ensinando o leitor a enxergar algo “novo” em seu universo perceptivo. Voltando ao texto, prosseguimos com o autor em suas explicações:

Obtivemos agora o material necessário para traçarmos uma distinção entre os estímulos instintuais e outros estímulos (fisiológicos) que atuam na mente. Em primeiro lugar, um estímulo instintual não surge do mundo exterior, mas de dentro do próprio organismo. Por esse motivo ele atua diferentemente sobre a mente, e diferentes ações se tornam necessárias para removê-lo (FREUD, 1915a/1996, p. 124).

Sendo o estímulo o que vem de fora do organismo (a luz sobre a visão) e o *Trieb* o que vem de dentro do organismo (a irritação da mucosa), deriva-se teoricamente disso que o *Trieb* pode não necessariamente ser eliminado através de uma ação motora e que a estimulação do *Trieb* sobre o organismo pode ser constante. Freud não formaliza uma definição para o termo ‘organismo’ nesse artigo. Tendo em vista que o *Trieb* está na fronteira entre corpo e mente e que, segundo o modelo do psiquismo que o autor formulou alguns anos mais tarde, o ego é, de alguma forma, uma representação psíquica do corpo, podemos pensar o *Trieb* apenas sob a ótica representacional. Abordaremos essa questão no final do trabalho, mas alertamos o leitor que a palavra ‘organismo’ será utilizada aqui sem compromisso com o corpo fisiológico e, muitas vezes, funcionando como sinônimo de eu ego (eu) ou de psiquismo.



Diante disso, Freud atribui a esse tipo “interno” de estímulo quatro propriedades (FREUD, 1915a/1996, p. 127): (1) pressão, que se refere ao “fator motor, a quantidade de força ou a medida da exigência de trabalho” que o *Trieb* demanda; (2) finalidade, que é sempre satisfação e “só pode ser obtida eliminando-se o estado de estimulação na fonte do instinto”; (3) objeto, que é “a coisa em relação à qual ou através da qual o instinto é capaz de atingir sua finalidade”; e (4) fonte, que se refere ao “processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por um instinto”. A finalidade pode ser múltipla ou inibida e o objeto é sempre substituível, podendo ser até mesmo uma parte do próprio corpo. A fonte é corporal e seu estudo, segundo Freud, está fora do âmbito da psicologia.

Embora os instintos sejam inteiramente determinados por sua origem numa fonte somática, na vida mental nós os conhecemos apenas por suas finalidades. O conhecimento exato das fontes de um instinto não é invariavelmente necessário para fins de investigação psicológica; por vezes sua fonte pode ser inferida de sua finalidade (FREUD, 1915a/1996, p. 129).

Além dessas propriedades especiais que o distingue dos estímulos externos, Freud considera *Trieb* “como sendo um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo” (FREUD, 1915a/1996, p. 127). Como se vê, dentro do quadro de coisas existentes no mundo, o autor situa os *Triebe* como algo que está na fronteira entre o somático e o psíquico, caracterizando-os como elementos “que se originam no corpo e atuam na mente” (FREUD, 1915a/1996, p. 129).

Em seguida, Freud questiona-se sobre quantos tipos de *Triebe* existiram. Tendo em vista que eles possuem diferentes fontes e podem se combinar para atingir diferentes finalidades, Freud propõem que sejam reduzidos às suas formas primordiais: “os instintos do ego, ou *autopreservativos*, e os instintos sexuais” (FREUD, 1915a/1996, p. 129). Aqui Freud alerta o leitor ao fato de que essa categorização que fez dos *Triebe* possui apenas uma finalidade prática, podendo ser, como veremos adiante que foi, alterada pelas mudanças na teoria. Os *Triebe* autopreservativos não são explicitamente abordados por Freud nesse texto, mas os *Triebe* sexuais, dada sua importância para a teoria psicanalítica, são investigados com maior detalhamento:

Isso é tudo que pode ser dito à guisa de uma caracterização geral dos instintos sexuais. São numerosos, emanam de grande variedade de fontes orgânicas, atuam em princípio independentemente um do outro e só alcançam uma síntese mais ou menos completa numa etapa posterior. A finalidade pela qual cada um deles luta é a consecução do ‘prazer do órgão’, somente quando a síntese é alcançada é que eles entram a serviço

da função reprodutora, tornando-se então identificáveis, de modo geral, como instintos sexuais (FREUD, 1915a/1996, p. 131).

A finalidade original dos *Triebe* sexuais é obter o prazer dos órgãos dos quais emanam. Isso está de acordo com o “modelo fisiológico” apropriado por Freud, que atribui ao organismo a característica de buscar constância através da descarga dos estímulos pela ação motora. Ao longo desse processo, o acúmulo de estimulação é sentido como desprazeroso e sua descarga como prazerosa. Se com a descarga da excitação acumulada o organismo obtém constância e prazer, pode-se disso deduzir que ao princípio de constância corresponde um princípio de prazer. Em outras palavras, além de constância, a finalidade do organismo é obter prazer e evitar o desprazer.

Sabemos que a descarga de uma excitação provocada por estímulos externos pode ser obtida por intermédio de uma ação motora que afaste do organismo tais estímulos. Contudo, tendo em vista sua proveniência interna, os *Triebe* representam um problema, pois não podem ser eliminados por meio de uma ação motora de fuga. Eles exigem que o organismo encontre outras formas de descarregá-los. “O melhor termo para caracterizar um estímulo instintual seria ‘necessidade’. O que elimina uma necessidade é a ‘satisfação’. Isso pode ser alcançado apenas por uma alteração apropriada (‘adequada’) da fonte interna de estimulação” (FREUD, 1915a/1996, p. 124). Não podendo ser manejado no âmbito fisiológico, o *Trieb* precisa ser manejado no âmbito psíquico. Freud passa então às vicissitudes, isto é, aos destinos que um *Trieb* pode ter no âmbito psíquico. São também quatro (FREUD, 1915a/1996, p. 132): (1) reversão ao oposto; (2) retorno em direção ao eu; (3) repressão (ou recalque); e (4) sublimação.

Segundo Freud, um *Trieb* é originalmente ativo, isto é, possui um objeto em relação ao qual o indivíduo se coloca como sujeito. A reversão ao oposto consiste na passagem da atividade para a passividade, ou seja, o sujeito do *Trieb* assume o papel de objeto e outorga o papel de sujeito (o papel ativo) a outra pessoa. (A reversão também pode ser uma passagem do amor para o ódio.) O retorno em direção ao eu ocorre quando o objeto do *Trieb* é substituído pelo próprio indivíduo. Isso pode provocar uma atitude reflexiva (amor ou ódio a si próprio) ou então forçar uma reversão do *Trieb*, isto é, uma passagem para passividade (com outra pessoa assumindo o papel ativo). A questão da passagem do amor para o ódio possivelmente ficará mais quando abordarmos a segunda teoria do *Trieb*, mas adiantamos que, segundo Freud,

Poderíamos, num caso de emergência, dizer que um instinto ‘ama’ o objeto no sentido do qual ele luta por propósitos de satisfação, mas dizer que um instinto ‘odeia’ um objeto, nos parece estranho. Assim, tornamo-nos cômicos de que as atitudes de amor e

ódio não podem ser utilizadas para as relações entre os *instintos* e seus objetos, mas estão reservadas para as relações entre o ego total e os objetos. Mas, se considerarmos o uso linguístico, que por certo não é destituído de significação, veremos que há outra limitação ao significado do amor e do ódio. Não costumamos dizer que amamos os objetos que servem aos interesses da autopreservação; ressaltamos o fato de que necessitamos deles, e talvez expressemos uma espécie de relação adicional diferente para com eles, utilizando-nos de palavras que detonam um grau muito reduzido de amor - tais como, por exemplo, ‘ser afeiçoado a’, ‘gostar’ ou ‘achar agradável’. Assim, a palavra ‘amar’ desloca-se cada vez mais para a esfera da pura relação de prazer entre o ego e o objeto, e finalmente se fixa a objetos sexuais no sentido mais estrito e àqueles que satisfazem as necessidades dos instintos sexuais sublimados. A distinção entre os instintos do ego e os instintos sexuais que impusemos à nossa psicologia é dessa forma encarada como estando em conformidade com o espírito de nossa língua. O fato de não termos o hábito de dizer que um instinto sexual isolado ama o seu objeto, mas considerarmos a relação entre o ego e seu objeto sexual como o caso mais apropriado no qual empregar a palavra ‘amor’ - esse fato nos ensina que a palavra só pode começar a ser aplicada nesse sentido após ter havido uma síntese de todos os instintos componentes da sexualidade sob a primazia dos órgãos genitais e a serviço da função reprodutora. (FREUD, 1915a/1996, p. 142).

Com isso Freud associa o amor como um todo aos *Triebe* sexuais, resguardando a possibilidade de serem ou não sublimados. Inicialmente o autor (FREUD, 1915a/1996) compara a sublimação de um *Trieb* à inibição de sua finalidade de satisfação, posteriormente, afirma que pode ocorrer, possivelmente através da reversão (passagem do amor para o ódio ou vice-versa), uma formação reativa contra um *Trieb*, de modo que essa formação tem o efeito de sublimá-lo, isto é, de inibir sua finalidade de satisfazer-se no corpo. A sublimação seria, portanto, uma forma de dirigir *Trieb* sexual para uma atividade não sexual, utilizando sua pressão para realizar tal atividade e satisfazendo-o nessa atividade.

Para ilustrar os mecanismos de reversão e retorno do *Trieb*, tomaremos como exemplo o “*Trieb* para devorar” e, deixando de lado seu aspecto autopreservativo, o reduziremos a seu aspecto sensual. Disso podemos assumir que ele possui as quatro características típicas de um *Trieb*: uma *pressão* originada de uma *fonte* corporal, a boca, que demanda um esforço para devorar um *objeto* com a *finalidade* de obter uma satisfação na própria boca. No caso de não poder ser satisfeito diretamente, esse *Trieb* pode ter quatro destinações diferentes, ou seja, o organismo pode recorrer a quatro mecanismos diferentes para poder satisfazê-lo. Se ele for revertido, o “*Trieb* para devorar” se torna “*Trieb* para ser devorado”. Se ele retornar ao eu, o “*Trieb* para devorar” se torna “*Trieb* para devorar a si próprio” ou “*Trieb* para ser devorado”. A sublimação de um “*Trieb* para devorar” ocorreria através da inibição de sua finalidade (satisfação oral) e poderia ser exemplificada, de modo simplório e pulando muitas etapas importantes, através de sua passagem para “*Trieb* para preparar os alimentos” (com um interesse canibal transformando-se em interesse culinário). Outra forma de sublimar poderia se dar a partir de uma formação reativa contra o “*Trieb* para devorar”, produzindo no sujeito

uma aversão a devorar algo (ou tudo) que tenha relação com o objeto que originalmente se desejava devorar.

Freud dedica um artigo completo à quarta vicissitude, a repressão (ou recalque<sup>1</sup>), apresentando junto com ela uma quinta possível destinação para o *Trieb*:

Uma das vicissitudes que um impulso instintual pode sofrer é encontrar resistências que procuram torná-lo inoperante. Em certas condições, que logo investigaremos mais detidamente, o impulso passa então para o estado de ‘repressão’. Se o que estava em questão era o funcionamento de um estímulo externo, obviamente se deveria adotar a fuga como método apropriado; para o instinto, a fuga não tem qualquer valia, pois o ego não pode escapar de si próprio. Em dado período ulterior, se verificará que a rejeição baseada no julgamento (condenação) constituirá um bom método a ser adotado contra um impulso instintual. A repressão é uma etapa preliminar da condenação, algo entre a fuga e a condenação; trata-se de um conceito que não poderia ter sido formulado antes da época dos estudos psicanalíticos (FREUD, 1915b/1996, p. 151).

De um estímulo externo pode-se fugir. O mesmo não pode ser feito em relação a um estímulo interno como o *Trieb*. Mas é possível, segundo Freud, condenar o *Trieb*, isto é, julgá-lo e afastá-lo racionalmente, sendo a repressão uma etapa preliminar a esse processo. A condenação, assim como a sublimação, não é exaustivamente explorada por Freud. O autor se questiona, contudo, sobre por que seria necessário reprimir um *Trieb* e impedir sua satisfação, tendo em vista que esta é sempre prazerosa. A resposta a que chegou é a seguinte:

Aprendemos então que a satisfação de um instinto que se acha sob repressão seria bastante possível, e, além disso, que tal satisfação seria invariavelmente agradável em si mesma, embora irreconciliável com outras reivindicações e intenções. Ela causaria, por conseguinte, prazer num lugar e desprazer em outro. Em consequência disso, torna-se condição para repressão que a força motora do desprazer adquira mais vigor do que o prazer obtido da satisfação. Ademais, a observação psicanalítica das neuroses de transferência leva-nos a concluir que a repressão não é um mecanismo defensivo que esteja presente desde o início; que ela só pode surgir quando tiver ocorrido uma cisão marcante entre a atividade mental consciente e a inconsciente; e que a *essência da repressão consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância*. Esse conceito de repressão ficaria mais completo se supuséssemos que, antes de a organização mental alcançar essa fase, a tarefa de rechaçar os impulsos instintuais cabia às outras vicissitudes, às quais os instintos podem estar sujeitos – por exemplo, a reversão no oposto ou o retorno em direção ao próprio eu (*self*) do sujeito (FREUD, 1915b/1996, p. 152).

Segundo a postulação psicanalítica que divide a vida mental em consciente e inconsciente, é possível que a satisfação de um *Trieb* produza prazer em uma parte da mente, mas desprazer em outra. A repressão de um *Trieb* dá-se, portanto, quando sua satisfação é ameaçadora ao psiquismo (ou a alguma parte dele), e isso é coerente com um estado de coisas na qual a mente, dada sua estratificação, pode satisfazer-se e sofrer com um mesmo *Trieb*. O efeito da repressão é manter a satisfação do *Trieb* imperceptível, ou melhor, inconsciente ao

---

<sup>1</sup> Utilizaremos ‘repressão’ e ‘recalque’ como traduções equivalentes para o termo alemão original ‘*verdrängung*’. Estamos cientes de que ‘recalque’ é atualmente o mais aceito entre os psicanalistas, mas a tradução aqui utilizada serve-se da palavra ‘repressão’.

psiquismo. Graças à força da censura ocasionada pela repressão, a satisfação do *Trieb* ocorreria de modo disfarçado, através dos mecanismos de operação típicos do inconsciente, apresentados por Freud em outras ocasiões. Trata-se dos mecanismos de deslocamento, condensação e figuração (FREUD, 1900/1996, 1915c/1996). Assim, os sintomas neuróticos são um modo de satisfação disfarçada de um *Trieb* reprimido. O “*Trieb* de devorar”, por exemplo, pode ser encontrado na forma de uma anorexia nervosa ou de uma compulsão alimentar. No início do capítulo apresentamos o caso da paciente de Breuer cujos sintomas remetiam ao período em que cuidava do pai moribundo. À luz do artigo metapsicológico de Freud (1915b/1996), podemos teorizar que os sintomas de Bertha satisfaziam, dentre outros, um *Trieb* sexual incestuoso dirigido ao pai. Ao invés de satisfazê-los diretamente, a paciente dava vazão ao *Trieb* de modo disfarçado e inconsciente em seu próprio corpo.

Os casos clínicos, de modo geral, mostram que a divisão de vicissitudes dos *Triebe* nunca é tão esquemática quanto a teoria faz parecer<sup>1</sup>. O próprio processo de repressão é mais complexo e estratificado do que o apresentado aqui, dependendo de outros conceitos metapsicológicos importantes, como a fixação e a regressão. No que interessa à definição teórica de *Trieb*, vimos até aqui que Freud (1915a/1996, 1915b/1996): (1) situa-o em determinado lugar (a fronteira entre corpo e mente); (2) atribui-lhe quatro características (fonte, pressão, finalidade e objeto); (3) submete-o a quatro operações possíveis (reversão, retorno, repressão e sublimação), além da condenação; e (4) o reduz a duas formas fundamentais (autopreservativos e sexuais), de cujas combinações derivam-se as demais formas complexas (*Trieb* gregário, *Trieb* reprodutivo, *Trieb* para alimentar-se, *Trieb* para brigar, etc.).

Passaremos agora à consideração de uma importante evolução à qual o conceito foi submetido, cujas implicações foram importantes em toda a teoria psicanalítica. Trata-se de uma recategorização dos *Triebe* e da reformulação de sua forma dual autopreservativa e sexual.

### 3.2 – A segunda teoria do *Trieb*:

Na conferência de 1933 sobre “Ansiedade e Vida Instintual”, Freud apresenta uma síntese do processo de transformações conceituais que o termo ‘*Trieb*’ havia sofrido até então.

---

<sup>1</sup> Isso está de acordo com o que Kuhn, segundo o qual, como vimos, as categorias teóricas são posteriores e quase nunca fazem jus às categorias perceptivas.

O início dessas transformações conceituais fez-se notável a partir de 1914, com a formalização do conceito de narcisismo em “Sobre o Narcisismo: Uma Introdução” (FREUD, 1914b/1996), e consolidou-se em 1920, com a formalização do conceito de *Trieb* mortal em “Para Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 1920/1996). A exposição que faremos aqui é de certa forma retrospectiva, pois se referencia em textos posteriores a essa data. Lembramos que nosso intuito é identificar exemplares do uso do conceito após sua revolução e não fazer uma apresentação exaustiva do processo revolucionário que o conceito passou. Ademais, Quando afirmamos que o conceito passou por uma revolução, não estamos sugerindo que a base filosófica ou disciplinar da psicanálise se transformou. Usamos aqui o termo ‘revolução’ no sentido explicitado no capítulo anterior, isto é, no sentido em que toda transformação conceitual que implica em mudanças de categorias é revolucionária.

A apresentação freudiana no artigo citado inicia-se com a problematização do modo como a psicologia popular lidava com os *Triebe*:

As pessoas supõem existirem tantos e tão diversos instintos quantos aqueles de que elas necessitam no momento - um instinto de auto-afirmação, um instinto de imitação, um instinto lúdico, um instinto gregário e muitos outros semelhantes. As pessoas os pegam, por assim dizer, fazem cada um deles desempenhar sua função particular, e, depois, os dispensam novamente. Sempre se nos impôs a suspeita de que, por trás de todos esses pequenos instintos *ad hoc*, escondia-se algo sério e poderoso, do qual gostaríamos de nos aproximar com cautela (FREUD, 1933b/1996, p. 98).

A primeira formulação teórica sobre os *Triebe* utilizada por Freud, ainda que instrumental, já visava encontrá-los em suas formas mais fundamentais. Tomando a fome e o amor – agentes respectivos da preservação do indivíduo e da preservação da espécie – como as principais forças motivadoras do ser humano e, possivelmente, dos animais em geral, e constatando que em muitas ocasiões os propósitos dessas forças são opostos, Freud adotou uma concepção dualista que opunha o *Trieb* do ego ao *Trieb* sexual. Dizemos que ele opunha um *Trieb* ao outro porque foi no conflito entre o ego e a sexualidade que Freud situou a emergência dos sintomas neuróticos, apresentando o *Trieb* egoico como repressor e o *Trieb* sexual como reprimido (FREUD, 1933c/1996). Ainda nesse quadro, levando em conta as possíveis vicissitudes do *Trieb*, Freud distingue uma forma especial do *Trieb* sexual:

Temos motivos para diferenciar instintos que são ‘inibidos em sua finalidade’ – impulsos instintuais oriundos de fontes bem conhecidas nossas, com uma finalidade inequívoca, os quais, porém, sofrem uma parada no caminho rumo à satisfação, de maneira que se efetua uma duradoura catexia objetual e se estabelece uma permanente tendência [de sentimento]. Tal, por exemplo, é a relação do sentimento de ternura que, sem dúvida, se origina das fontes da necessidade sexual e invariavelmente renuncia à sua satisfação (FREUD, 1933b/1996, p.99).

Assim, até meados da década de 1910, a teoria psicanalítica contava com dois tipos essenciais de *Trieb*: o egoico e o sexual (podendo este último ser inibido ou não em sua

finalidade, o que implicaria em sua sublimação). A partir deles, as demais formas de *Trieb* se derivariam, conforme se diferenciavam suas origens, objetos e finalidades. Como já sabemos, “sua origem é um estado de excitação do corpo, sua finalidade é a remoção dessa excitação. [...] Imaginamo-lo como uma determinada quantidade de energia que faz pressão em determinada direção. É dessa pressão que deriva seu nome ‘*Trieb*’” (FREUD, 1933b/1996, p. 99). Por volta de 1920, essa síntese passa a incluir, no âmbito das reflexões de Freud, um questionamento acerca das características do *Trieb* do ego. Progressivamente o autor percebeu que as características dos *Triebe* sexuais aplicavam-se, de alguma forma, aos *Triebe* do ego. Também a função dos *Triebe* sexuais não parecia ter origem, como o autor afirmara anteriormente, na necessidade de preservação da espécie.

Não é que reconheçamos, pois, um instinto sexual que seja desde o início o veículo de uma corrente dirigida para a finalidade da função sexual – a união das duas células sexuais. O que vemos é um grande número de instintos componentes que surgem de diferentes áreas e regiões do corpo, que se empenham por obter satisfação muito independentemente uns dos outros e encontram essa satisfação em algo que podemos chamar de ‘prazer do órgão’ (FREUD, 1933b/1996, p. 100).

Desde seus primeiros textos<sup>1</sup>, Freud chamou de “libido” a energia do *Trieb* sexual que emana do corpo e visa sua própria satisfação<sup>2</sup>, mas foi apenas tardiamente que, através do conceito de narcisismo (FREUD, 1914b/1996), concluiu que o ego é desde muito cedo um reservatório de libido.

Chegamos a compreender que o ego é sempre o principal reservatório de libido, do qual emanam catexias libidinais de objeto e ao qual elas retornam, enquanto a maior parte dessa libido mantém-se permanentemente no ego. Assim, a libido do ego está sendo constantemente transformada em libido objetual, e a libido objetual, em libido do ego. Mas, nesse caso, elas não podiam ser diferentes em sua natureza, e não podia haver sentido em distinguir a energia de um da energia do outro (FREUD, 1933b/1996, p. 105).

Desse modo, os *Triebe* do ego passaram a ser vistos como uma manifestação dos *Triebe* sexuais quando dirigidos ao ego. Por sua vez, a autopreservação e a preservação da espécie passaram a ser vistas como expressões secundárias da libido dirigida, respectivamente, ao ego e aos semelhantes. “Era melhor, em vez de falar de um conflito entre instintos sexuais e instintos do ego, falar de um conflito entre libido de objeto e libido de ego, ou, de vez que era a mesma a natureza desses instintos, conflito entre as catexias de objeto e o ego” (FREUD, 1923a/1996, p. 273). Assim a oposição entre *Triebe* sexuais e egoicos foi substituída pela oposição entre libido objetual e libido narcísica (ou egoica), ambas integrantes da função sexual. Tal oposição, a princípio, faz sentido apenas no campo do conflito

---

1 Cf. Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess (FREUD, 1950a /1996 [1892-1899]).

2 Freud utiliza recorrentemente como sinônimos de ‘*Trieb* sexual’ os termos ‘libido’, ‘amor’, ‘Eros’ e, com menos frequência, ‘desejo’.

neurótico, pois ambos os estados da libido são coincidentes em sua fonte, o corpo, e em suas demais características. Cabe observar aqui que essa transformação conceitual efetuada por Freud, resguardadas as devidas proporções, coincide em todos os aspectos com o processo de revolução científica descrito por Kuhn na medida em que consiste em um reajuste de categorias perceptivas que acompanha um reajuste de categorias conceituais.

A primeira dualidade do *Trieb* foi de certo modo superada quando o *Trieb* egoico foi situado em sua origem sexual, mas uma nova dualidade foi interposta na medida em que o *Trieb* sexual ou erótico foi agora colocado em oposição a um *Trieb* cuja natureza não era sexual, ou seja, não visava à satisfação segundo o modelo de prazer do órgão. Tratava-se de um “*Trieb* agressivo, cuja finalidade era a destruição” e cujas manifestações tornavam-se cada vez mais evidentes na sintomatologia dos pacientes, em especial nos casos de sadismo e masoquismo. “Se, por um momento, colocamos de lado os componentes eróticos [do masoquismo], ele nos dá a certeza da existência de uma tendência que tem como objetivo a autodestruição” (FREUD, 1933b/1996, p. 107).

Um dualismo diferente se estabeleceu e, a partir disso, a oposição entre sexualidade e agressividade, libido e destruição, amor e ódio, Eros e Tanatos, tornou-se uma fonte teoricamente interessante para explicar alguns fenômenos psicopatológicos. Para além do conflito sexual entre libido objetal e libido narcísica que expressam, Freud (1920/1996) sugere que os sintomas neuróticos devem ser compreendidos levando-se em conta a participação dos *Triebe* não sexuais em sua composição, bem como os processos de fusão e defusão entre os *Triebe* sexuais e os *Triebe* não sexuais. A característica autodestrutiva desses últimos *Triebe*, por exemplo, é externalizável na forma de agressividade apenas graças à sua veiculação pelo *Trieb* sexual objetal. Mais do que isso, “parece que apenas podemos percebê-lo [o *Trieb* não sexual] sob duas condições: se está combinado com instintos eróticos no masoquismo, ou se – com um acréscimo erótico maior ou menor – está dirigido contra o mundo externo, sob forma de agressividade” (FREUD, 1933b/1996, p. 107).

Juntamente com o estabelecimento de uma nova dicotomia na teoria do *Trieb*, Freud (1920/1996) dedicou-se a fortalecer a fundamentação teórica do conceito. Assim como no artigo metapsicológico (1915b/1996) ele havia buscado na fisiologia do arco reflexo uma tentativa de caracterizar o princípio de funcionamento do *Trieb*, também agora recorreu à teoria dos instintos da biologia de sua época para subsidiar os princípios de vida e morte que atribuía ao comportamento do *Trieb*. Retomando na conferência sobre a “Ansiedade e Vida Instintual” (1933/1996) algo que havia primeiramente proposto em “Para Além do Princípio do Prazer” (1920/1996), Freud afirma que:



Os instintos regem não só a vida mental, mas também a vida vegetativa, e esses instintos essenciais exibem uma característica que merece o nosso mais profundo interesse. (Não poderemos julgar, senão mais tarde, se se trata de uma característica geral dos instintos.) O fato é que eles revelam uma propensão a restaurar uma situação anterior. Podemos supor que, desde o momento em que uma situação, tendo sido uma vez alcançada, é desfeita, surge um instinto para criá-la novamente e ocasiona fenômenos que podemos descrever como uma ‘compulsão à repetição’. Assim, toda a embriologia é um exemplo da compulsão à repetição. Uma capacidade de regenerar órgãos perdidos estende-se amplamente ao reino animal, e o instinto de recuperação, ao qual, ao lado da ajuda terapêutica, devemos nossas curas, deve ser o remanescente dessa capacidade tão extraordinariamente desenvolvida em animais inferiores. Peixes que migram para a desova, pássaros que voam em migração, e possivelmente tudo o que qualificamos como manifestação de instinto em animais, realizam-se sob as ordens da compulsão à repetição, que exprime a *natureza conservadora* dos instintos (FREUD, 1933b/1996, p. 108).

Situando a origem do *Trieb* na matéria orgânica, Freud assume que sua teoria passou a adquirir um caráter relativamente mitológico: “A teoria dos instintos é, por assim dizer, nossa mitologia” (FREUD, 1933b/1996, p. 98). No mesmo ano, em uma carta que responde ao questionamento de Einstein sobre o porquê da guerra, afirma: “Talvez ao senhor possa parecer serem nossas teorias uma espécie de mitologia e, no presente caso, mitologia nada agradável. Todas as ciências, porém, não chegam, afinal, a uma espécie de mitologia como esta? Não se pode dizer o mesmo, atualmente, a respeito da sua física?” (FREUD, 1933d/1996, p. 204). Caberia questionar se as características do *Trieb* descritas anos antes no artigo metapsicológico (1915b/1996) ainda fariam sentido nesse novo quadro. O “Esboço de Psicanálise” (1940a/1996), escrito por Freud pouco antes de sua morte, indica que sim. Segundo ele:

Chegamos ao nosso conhecimento deste aparelho psíquico pelo estudo do desenvolvimento individual dos seres humanos. A mais antiga destas localidades ou áreas de ação psíquica damos o nome de *id*. Ele contém tudo o que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está assente na constituição – acima de tudo, portanto, os instintos, que se originam da organização somática e que aqui [no id] encontram uma primeira expressão psíquica, sob formas que nos são desconhecidas. [...] As forças que presumimos existir por trás das tensões causadas pelas necessidades do id são chamadas de *instintos*. Representam as exigências somáticas que são feitas à mente. Embora sejam a suprema causa de toda atividade, elas são de natureza conservadora (FREUD, 1940a/1996, p. 158, grifos nossos).

A teoria do *Trieb* seguiu um curso, portanto, no qual novas categorias foram erigidas e onde, através de certas modificações, a antiga teoria pôde alocar-se. A característica “conservadora” da matéria orgânica se expressa como exigência somática imposta ao psiquismo. Assim, a característica conservadora dos organismos foi aplicada à vida mental, reconhecendo uma compulsão à repetição nos sintomas, no caráter e na transferência que o paciente efetua para com o médico. Também em suas vidas pessoais, Freud (1920/1996, 1933b/1996) identificou que muitos pacientes pareciam ser perseguidos por um destino inevitável, “embora uma investigação mais atenta nos mostre que tais pessoas, sem se

aperceberem, causam a si mesmas esse destino” (FREUD, 1933b/1996, p. 109). Nesses casos, a análise revelava que os pacientes inconscientemente desejavam e buscavam reviver uma situação que, muitas vezes, era altamente desprazerosa. Em outras palavras, eles eram compelidos a repetir uma experiência, como que em uma tentativa fracassada de dominá-la.

A partir dessa comparação com a natureza dos organismos vivos e com a tendência para voltar a um estado inanimado, Freud identificou os *Triebe* sexuais como “*Triebe* vitais” e os *Triebe* destrutivos como “*Triebe* mortais”. O estado a que o paciente compele-se a retornar coincide com o estado de constância postulado anteriormente, isto é, um estado de equilíbrio ou, ao menos, um estado de maior satisfação aparente. Em contrapartida, a vida erótica e o *Trieb* para a união agora podem ser entendidos como uma interrupção dessa constância. A repressão dos *Triebe* sexuais que participava da causação dos sintomas e do sentimento de culpa poderia e deveria ser entendida agora à luz da concomitante internalização da agressividade. Assim, a interação entre os dois *Triebe* fundamentais caracterizaria, segundo esse modo de ver as coisas, não apenas a dinâmica da vida mental, mas toda a dinâmica da vida orgânica.

Estamos cientes de que a revisão teórica aqui apresentada não é inequívoca. A própria divisão entre primeira e segunda teoria do *Trieb* é, em alguma medida, arbitrária. Levando isso em conta, faremos uma avaliação de algumas das diferentes interpretações possíveis do conceito na parte final, na qual será aproveitado o método kuhniano exposto anteriormente.

#### 4. ANÁLISE DA FUNÇÃO PARADIGMÁTICA DO *TRIEB*

Ao discutirmos a teoria kuhniana, vimos que um termo possui uma função paradigmática na medida em que possui condições de aplicabilidade (ou de não-aplicabilidade). Tais condições, por sua vez, refletem as diferentes categorias perceptivas delineadas e comensuradas pelo termo em questão, conforme as quais se constituem os referentes desse termo. Diante disso e acreditando que esse tipo de análise pode viabilizar um posicionamento em relação às discussões acerca da tradução e da interpretação do conceito de *Trieb*, passaremos a uma análise das categorias perceptivas encerradas pelo termo ‘*Trieb*’ e pelos conflitos de comensurabilidade erigidos nesse processo.

Antes, porém, o leitor poderia nos questionar acerca do problema da natureza do conhecimento psicanalítico, visto que Kuhn efetuou a maioria de suas análises em conteúdos que pertencem ou pertenceram ao campo científico. Seria a psicanálise um conhecimento de natureza científica? Seria sua estrutura filosófica ou religiosa? Seria sua aplicação uma arte? Em diversos momentos Freud defende a cientificidade de sua disciplina (FREUD, 1940a/1996, 1950b/1996), compara a atividade científica com uma aproximação da verdade (FREUD, 1933c /1996) e rejeita a ideia de que a ciência passe por revoluções (FREUD, 1927/1996). Em outros momentos, afirma que a realidade é incognoscível (FREUD, 1940a/1996) e, como se pode testificar na seguinte citação, que a ciência depende de consenso:

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas ideias abstratas ao material manipulado, ideias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais ideias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções – embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área (FREUD, 1915a/1996, p. 123, grifos nossos).

Diante dessa questão e da aparente dubiedade encontrada na filosofia da ciência de Freud, asseveramos que, sendo a psicanálise científica ou não, o que nos importa é que o método de Thomas Kuhn seja aplicável a ela. Freud alterna entre uma postura epistemológica de “verdade por correspondência” e outra que aposta na “incognoscibilidade da realidade”, mas, em todo caso, mantém sua teoria atrelada a uma experiência eminentemente clínica que, acreditamos, é abundante o suficiente para uma investigação das aplicações de seus conceitos. O psicanalista Leopoldo Fulgêncio, ao analisar a pertinência da teoria dos paradigmas para se abordar epistemologicamente a psicanálise, conclui um de seus artigos afirmando que:

O uso da noção de paradigma no seu sentido mais pleno e rigoroso, tal como Kuhn o formulou, parece tornar possível colocar os problemas de comunicação e de desenvolvimento da psicanálise de uma maneira que possam contribuir para que a crise de comunicação atual e o enfrentamento entre as diversas propostas de teorização na psicanálise encontrem um termo de diálogo, buscando o desenvolvimento dessa disciplina (FULGÊNCIO, 2007).

Acreditando nisso, presumimos que a questão da cientificidade da psicanálise não interfere em nosso propósito, pois Kuhn não faz uma distinção apriorística entre as diversas formas de conhecimento a que temos acesso. Segundo ele, a filosofia e a teologia, por exemplo, também compartilham de uma estrutura cuja dinâmica progride em função de paradigmas, isto é, modelos a partir dos quais os termos adquirem referentes.

O teólogo que articula o dogma ou o filósofo que aperfeiçoa os imperativos kantianos contribuem para o progresso, ainda que apenas para o grupo que compartilha de suas premissas. Nenhuma escola criadora reconhece uma categoria de trabalho que, de um lado, é um êxito criador, mas que, de outro, não é uma adição às realizações coletivas do grupo. Se, como fazem muitos, duvidamos de que áreas não-científicas realizem progressos, isso não se deve ao fato de que escolas individuais não progridam. Deve-se antes à existência de escolas competidoras, cada uma das quais questiona constantemente os fundamentos alheios. Quem, por exemplo, argumenta que a filosofia não progrediu, sublinha o fato de que ainda existam aristotélicos e não que o aristotelismo tenha estagnado (KUHNS, 2007, p. 206-207).

Assim, a despeito da estrutura institucional a que se reporta, o conhecimento manifesta-se através da linguagem, não sendo a ênfase empírica ou experimental, assegura Kuhn (1962/2007), aquilo que diferencia a ciência das demais formas de conhecimento. Todo exercício do conhecimento configura um campo empírico do qual extrai seus referentes. A psicanálise – seja ela filosofia, ciência ou outra coisa – pode ser lida à luz da estrutura atribuída por Kuhn à ciência, ou seja, pode ser compreendida como um saber que é carregado de pressuposições metapsicológicas a partir das quais um campo empírico se torna possível. Tentaremos aqui, ainda que parcialmente, mapear esse campo no que concerne ao lugar que o *Trieb* ocupa nele.

#### 4.1 – A discussão da tradução enquanto uma discussão de referentes:

Vimos, no capítulo que tratou da teoria kuhniana, que as categorias da percepção derivam de os fenômenos percebidos serem organizados em espécies ou famílias naturais conforme os rótulos linguísticos a eles atribuídos. Retomando a definição de Kuhn:

Uma família natural é uma classe cujos membros são mais semelhantes entre si do que com membros de outras famílias naturais. A experiência de gerações e gerações tem confirmado até hoje que todos os objetos observados pertencem a uma ou outra família natural. Ou seja, mostrou que a população total do mundo sempre pode ser dividida (embora não de uma vez por todas) em categorias perceptivamente descontínuas. Nos espaços perceptivos entre essas categorias, acredita-se que não há nenhum objeto. O que vocês aprenderam sobre os cisnes a partir da exposição aos paradigmas é muito próximo daquilo que as crianças aprendem pela primeira vez sobre cães e gatos, mesas e cadeiras, mães e pais. Naturalmente, seu conteúdo e abrangência são impossíveis de especificar, mas trata-se, ainda assim, de conhecimento sólido. Derivado da observação, ele poderia depois vir a ser contestado por outras observações, mas, até lá, fornece a base para ações racionais. Ao ver uma ave muito parecida com os cisnes que já conhece, vocês estarão certos ao presumir que ela necessitará da mesma comida que as demais e, então, alimentá-la. Uma vez assegurado que os cisnes compõem uma família natural, nenhuma ave que se assemelhe a eles deverá exibir características radicalmente diferentes sob um exame mais cuidadoso (KUHN, 1977/2011, p. 303, grifos nossos).

Assim sendo, se tomarmos o *Trieb* como uma família natural, podemos esperar que seu conteúdo e sua abrangência sejam impossíveis de especificar, mas também podemos presumir que cada aplicação sua seja motivada por experiências concretas cujas semelhanças, mais ou menos inflexíveis, asseguram sua estruturação enquanto categoria perceptiva. Em outras palavras, assim como as semelhanças entre os fenômenos aprendidos como pertencentes à família natural “cisne” constituem o parâmetro relativo segundo o qual qualquer objeto percebido pode ou não ser incluído nessa categoria, também as semelhanças entre os distintos fenômenos aos quais é aplicado o termo ‘*Trieb*’ constituem parâmetro para que se possa afirmar que isso ou aquilo é a manifestação de um *Trieb*. Tal estado de coisas reifica os primeiros dizeres de Kuhn a que recorremos, segundo os quais a utilização de uma experiência prévia como modelo para a percepção atual é a característica constituinte de um paradigma.

Passemos então a alguns trechos extraídos de dois célebres estudos clínicos nos quais Freud utiliza o termo ‘*Trieb*’ em contextos práticos. São estes o “Pequeno Hans” (FREUD, 1909a/1996) e o “Homem dos Lobos” (FREUD, 1918/1996). Tais textos foram selecionados por terem sido publicados, respectivamente, na precedência da primeira e da segunda teoria do *Trieb*. Usaremos suas passagens como exemplares, isto é, como paradigmas do uso do termo e, durante o comentário das mesmas, faremos uma avaliação das possíveis traduções

portuguesas de *Trieb* referidas na introdução deste trabalho: ‘instinto’, ‘pulsão’ e ‘impulso’<sup>1</sup>. Qualquer seleção de textos será sempre arbitrária, por essa razão faremos um recorte ilustrativo que apresenta a aparição do termo em diferentes contextos.

A primeira aparição do termo a que daremos destaque chama-nos a atenção por ter sido provocada não por Freud, mas pelo pai do menino. Ainda que nosso propósito seja avaliar a utilização que Freud faz do termo, tal ocasião nos serve por confirmar o que vimos na introdução deste trabalho acerca do uso coloquial do termo, cuja principal característica era fazer referência a algo que “propulsiona” ou “coloca em movimento” (HANNIS, 1996, p 338). Quando da conclusão do atendimento do pequeno Hans, Freud recebeu uma carta do pai de Hans com informes acerca do estado do menino:

Ainda persiste um traço do seu distúrbio, mesmo que não mais sob a forma de medo, mas só sob a do instinto normal de fazer perguntas [*normalem fragetrieb*]. As perguntas dizem respeito principalmente a saber de que são feitas as coisas (bondes, máquinas etc.), quem faz as coisas etc. A maior parte das suas perguntas é caracterizada pelo fato de que Hans as faz apesar de ele mesmo já tê-las respondido. Ele só quer ter certeza (FREUD, 1909a/1996, p. 93).

O pai de Hans menciona um “*Trieb* normal de fazer perguntas”. Diante das possibilidades de tradução de ‘*fragertrieb*’, temos: “instinto para perguntar”, “pulsão para perguntar” e “impulso para perguntar”. De propriedade imediata, o substantivo ‘instinto’ traz consigo a referência a algo inato ou constitucional. Uma vez que qualificou esse *Trieb* como normal, isto é, como comum à maioria das crianças, o pai de Hans poderia perfeitamente estar se referindo a uma propriedade constitucional ou até hereditária das crianças, ou ao menos a uma disposição comum dos mesmos a perguntar. A primeira desvantagem que “instinto para perguntar” evocaria é justamente a discutida na introdução deste trabalho: o termo ‘instinto’ provoca uma ambiguidade entre o sentido de uma disposição hereditária e o sentido de uma disposição psíquica para perguntar, bem como as implicações teóricas dessa ambiguidade. Se o pai de Hans, Freud ou os psicanalistas em geral estiverem se referindo a uma disposição para algo, o termo oculta a origem dessa disposição de modo a não ser possível saber, pelo contexto, se se trata de uma disposição fisiológica ou se devemos considerar a existência de um tipo de disposição que não seja biológica.

A tradução “pulsão para perguntar” não nos diz nada de imediato sobre o conceito, exceto se recorrermos à teoria psicanalítica do *Trieb* e aos sentidos que ‘pulsão’ adquiriu em relação à mesma. Como visamos uma avaliação contextual, evitaremos por ora interpretações teóricas e passaremos à próxima tradução possível, “impulso para perguntar”, que se mostra,

---

<sup>1</sup> Neste capítulo, as aparições do termo ‘*Trieb*’ nas citações, juntamente com seus adjuntos, serão indicadas entre colchetes conforme retiradas dos textos em suas versões originais (FREUD, 1909a/2012, 1909b/2012, 1918/2012).

nesse caso, tão viável quanto ‘instinto’, ainda que com um sentido diferente. A insistência de Hans em fazer perguntas das quais sabia as respostas é um indicativo contextual de que o menino estava de fato sujeito a um impulso para perguntar, isto é, que algo o mobilizava a perguntar mesmo que ele já tivesse as respostas, apenas para assegurar sua certeza. Supondo que o pai estivesse correto acerca das perguntas incessantes de Hans, constatamos que o impulso para perguntar persiste a despeito de não ser racionalmente motivado, ou seja, ainda que conscientemente soubesse as respostas, era impelido a perguntar por algo distinto de sua razão para perguntar. Ainda que isso possa ser associado a uma característica constitutiva, um “impulso para perguntar” não aponta, *a priori*, para nada que seja necessariamente hereditário, sendo até mesmo inviável imaginar que se herde uma disposição ao inquirido. O impulso para perguntar pode muito bem ter sido constituído a partir das experiências do menino. Ao comentar a carta do pai de Hans, Freud afirma:

Se o assunto estivesse inteiramente entregue às minhas mãos, eu teria arriscado dar à criança a parcela de esclarecimento restante que seus pais retiveram dele. Eu teria confirmado as suas premonições instintivas [*triebhaften ahnungen*], falando-lhe da existência da vagina e da cópula; assim, eu teria diminuído ainda mais seu resíduo não resolvido, e posto um fim à sua torrente de perguntas (FREUD, 1909a/1996, p. 129).

A referência a uma premonição proveniente de um *Trieb* fortalece a impressão de que este possa estar vinculado com algo de ordem constitucional, dado que soam carentes de sentido as expressões “premonição impulsiva” e, ainda mais, a expressão “premonição pulsional”. Todavia, ao buscarmos pelos referentes de Freud quando da aplicação da expressão “*triebhaften ahnungen*”, constatamos que ele estava se referindo às teorias sexuais de Hans. Ainda mais improvável que “premonições pulsionais” é a cogitação de teorias sexuais inatas ou herdadas. Por outro lado, a adaptação da expressão em “impulso premonitório” preservaria os referentes nesse contexto, na medida em que as formulações sexuais de Hans são tratadas por Freud como um ímpeto para a investigação a partir do qual a criança formula teorias acerca da experiência sexual. O mesmo sentido é empregado na apresentação do caso do Homem dos Ratos, que não será abordado em detalhes aqui, no qual Freud (1909b/1996, p. 212) afirma que o “*Trieb* para saber” [*wißtrieb*] aparece como protelação de uma ação motora (um movimento) que, por sua vez, nada mais é que uma permanência da ação no pensamento. Voltando à utilização do termo no caso Hans, temos que:

A essência da doença de Hans era inteiramente dependente da natureza dos componentes instintuais [*triebkomponenten*] que tiveram de ser repelidos. O conteúdo da sua fobia era tal que impunha uma grande medida de restrição sobre sua liberdade de movimento, e este era o seu propósito. Tratava-se, portanto, de uma poderosa reação contra os impulsos obscuros ao movimento [*dunklen bewegungsimpulse*], que eram especialmente dirigidos contra sua mãe. Pois os cavalos de Hans sempre foram

típicos do prazer no movimento (“Eu sou um jovem cavalo”, disse ele enquanto pulava); mas já que esse prazer no movimento incluía o impulso para copular [*koitusimpuls*], a neurose impôs uma restrição a este e exaltou o cavalo como emblema de terror. Assim, pareceria que tudo o que os instintos [*Triebe*] reprimidos obtiveram da neurose foi a honra de fornecer pretextos para o aparecimento da ansiedade na consciência (FREUD, 1909a/1996, p. 124).

Aqui Freud faz menção aos *Triebe* componentes que, em outro texto (FREUD, 1905a/1996), também chama de *Triebe* parciais (*partialtriebe*) devido às diferentes zonas corporais que lhes servem de fonte. Esse trecho é particularmente interessante devido ao fato de ter sido utilizado, além de ‘*Trieb*’, o vocábulo alemão ‘*impuls*’, que também pode ser traduzido ao português como ‘impulso’. Perceba-se que ambos os termos estão sendo utilizados de modo indiscriminado, pois Freud afirma que a doença de Hans dependia de *Triebe* componentes repelidos e depois a caracteriza como uma reação contra *impulse* obscuros. Se houvesse uma distinção teórica importante entre ambos os termos, Freud provavelmente teria se preocupado em distingui-los em algum momento, algo que nunca foi feito. Além disso, novamente no caso do Homem dos Ratos, Freud (1909b/1996, p. 214) utiliza o termo ‘*regungen*’ como outra forma de referir-se àquilo que é reprimido para o inconsciente. Não por coincidência, o termo ‘*regungen*’ é também traduzível ao português como ‘impulso’.

Outro aspecto interessante relacionado à utilização tanto de ‘*Trieb*’ quanto de ‘*impuls*’ no contexto dessa passagem é a relação estabelecida entre estes termos e o movimento, isto é, o movimento aparece aqui como um referente importante para a interpretação dos termos em questão. É para evitar um movimento que o *Trieb* ou *impuls* precisou ser repelido, consistindo estes num impulso ao movimento.

Dada essa referenciação feita por Freud entre ‘*Trieb*’ e ‘impulso’ e entre ambos e ‘movimento’, percebemos como, ao menos nesse caso, as traduções ‘instinto’ e ‘pulsão’ ficam em desvantagem em relação à tradução ‘impulso’. O termo ‘pulsão’, por exemplo, etimologicamente expressa mais acerca da emissão impetuosa de algo do que da exigência constante de movimento apontada por Freud como característica do *Trieb*. O termo ‘instinto’ com sua referência constante a uma disposição, pouco traz de propriamente novo ou facilitador para a explicação de Freud acerca da neurose de Hans. Ainda que os três possam denotar as características de componência e parcialidade exigidas pela teoria psicanalítica, apenas ‘impulso’ denota com precisão o aspecto dinâmico dessa operação. Passemos a um trecho posterior que fortalece esse ponto de vista:

Alfred Adler, num sugestivo artigo, desenvolveu recentemente o ponto de vista de que a ansiedade surge da supressão do que ele chama de “instinto agressivo” [*aggressionstrieb*], e por meio de um processo sintético impetuoso ele imputa a esse



instinto [*Trieb*] o papel principal nos acontecimentos humanos, “na vida real ou na neurose”. Como chegamos à conclusão de que, no nosso presente caso de fobia, a ansiedade deve ser explicada como sendo devida à repressão das propensões agressivas [*aggressionsneigungen*] de Hans (as propensões hostis contra seu pai e as sádicas contra sua mãe), parece que produzimos uma peça muito impressionante de confirmação do ponto de vista de Adler. Sou, contudo, incapaz de concordar com ele, e na verdade encaro-o como uma generalização enganadora. Não posso convencer-me a aceitar a existência de um instinto agressivo [*aggressionstrieb*] especial ao lado dos instintos familiares de autopreservação e de sexo [*selbsterhaltungs und sexualtrieben*], e de qualidade igual à destes. Parece-me que Adler promoveu erradamente a um instinto [*Trieb*] especial e auto-subsistente o que é, na realidade, um atributo universal e indispensável de todos os instintos [*Triebe*] – o seu caráter instintual [*triebhaft*] e “premente”, o que poderia ser descrito como a sua capacidade para iniciar movimento (FREUD, 1909a/1996, p. 125).

A primeira coisa a se esclarecer sobre o trecho precedente é que, conforme vimos no capítulo anterior, uma década depois Freud (1920) mudará de opinião e passará a considerar a existência e um *aggressionstrieb* (ou *todestrieb*), bem como classificará os *selbsterhaltungs und sexualtrieben* como manifestações de um único *lebenstrieb*. Isso não altera, contudo, a relação referencial aqui estabelecida entre os *Triebe* e uma “propensão” (neste caso, uma propensão agressiva) e a atribuição a todos eles de uma capacidade para iniciar movimento. O termo ‘instinto’ é bastante apropriado para representar uma propensão, enquanto ‘pulsão’ indica a ideia de algo capaz de iniciar movimento. ‘impulso’, por sua vez, aparece novamente como um meio termo capaz de simbolizar, em nossa opinião, tanto uma propensão quanto um movimento que, conforme sabemos, precisa ser constantemente repellido após ser iniciado.

Prossigamos a um dos últimos usos do termo no caso Hans:

Posso, portanto, imaginar muito bem que tenha sido para seu benefício que Hans produziu essa fobia, pois ela dirigiu a atenção dos seus pais para as dificuldades inevitáveis com as quais uma criança é confrontada quando, no curso de sua formação cultural, é solicitada a superar os componentes instintuais inatos da sua mente [*angeborenen triebkomponenten in der kulturelziehung*]; e seu problema levou seu pai a assisti-lo (FREUD, 1909a/1996, p. 127).

Aqui Freud refere-se diretamente a *Triebe* componentes inatos, mais uma vez indicando que a escolha do termo ‘instinto’ pelos primeiros tradutores tem sua razão de ser. Todavia, uma vez que estamos interessados nos referentes imediatos do termo, cabe-nos apontar para o fato de que Freud está fazendo menção a componentes inatos que não são físicos, mas de seu *kulturelziehung*, que nessa versão foi traduzido como ‘mente’, mas literalmente significa “formação cultural” ou “desenvolvimento cultural”, podendo assim referir-se também a aspectos disposicionais adquiridos, em contraste com aspectos disposicionais hereditários. Essa estrutura paradigmática força, portanto, a formação de duas categorias conceituais, sejam estas a disposição física e a disposição psíquica (ou cultural), que reivindicam ser consideradas como fenômenos distintos dentro de uma visão de mundo

que seja coerente com a frase em questão. Nesse sentido, enquanto ‘instinto’ constantemente remete a uma disposição filogenética, ‘impulso’ e ‘pulsão’ aparecem como alternativas úteis para a representação de uma disposição que não é essencialmente biológica.

Passaremos agora ao segundo caso escolhido, cujo paciente ficou conhecido como o Homem dos Lobos. Ele é iniciado por Freud com uma descrição do estado do paciente na qual se faz uma menção ao *Trieb*:

O paciente a que me refiro aqui permaneceu muito tempo inexpugnavelmente entrincheirado por trás de uma atitude de amável apatia. Escutava, compreendia e permanecia inabordável. Sua indiscutível inteligência estava, assim, separada das forças instintuais [*triebhaften Kräften*] que governam seu comportamento nas poucas relações vitais que lhe restavam (FREUD, 1918/1996, p. 22).

Em si mesmo, o trecho supracitado aparentemente comporta qualquer uma das traduções sugeridas: “forças instintuais”, “forças pulsionais” e “força dos impulsos”. Todavia, considerando-se que Freud está fazendo referência à doença neurótica do paciente cujo início deu-se ainda na vida infantil, a continuidade do texto desvela um contexto que exclui dos referentes desse caso específico tanto o componente hereditário quanto as frustrações da vida adulta: “a ocorrência de um distúrbio neurótico no quarto e no quinto ano da infância prova, antes de mais nada, que as experiências infantis são por si próprias capazes de produzir uma neurose, sem que haja necessidade de acrescentar-se a fuga de alguma tarefa a ser enfrentada na vida real” (FREUD, 1918/1996, p. 65). As forças do *Triebe* subjacentes à neurose do paciente são, portanto, resultantes de certa experiência, podendo ser classificadas, ao menos nesse caso, em uma categoria distinta do campo biológico, ainda que possa ter advindo deste. O termo ‘pulsão’ possui essa especificidade de, por ser um neologismo, isolar um referente que transcende o campo fisiológico e interessa propriamente ao campo psicanalítico. Ele seria perfeitamente adequado para esse contexto se não fosse pelo fato de, na continuidade do trecho acima, Freud ter afirmado que:

A vida de uma criança em idade pré-escolar é facilmente observável e podemos examiná-la para verificar se nela existem quaisquer ‘obrigações’ capazes de determinar a causação de uma neurose. Só descobrimos, porém, impulsos instintuais [*triebregungen*] que a criança não consegue satisfazer, não tendo idade suficiente para dominá-los, e as fontes das quais se originam esses impulsos (FREUD, 1918/1996, p. 65).

Ou seja, o autor qualifica o *Trieb* com o vocábulo ‘*regungen*’, que é aqui traduzido como ‘impulso’, mas tem, como vimos anteriormente, o sentido de ‘movimento’. Em seguida, Freud diz que o acesso à mente do paciente era dificultado pelo fato de que “o contraste entre a personalidade agradável e afável do paciente, sua aguda inteligência e suas boas intenções, por um lado, e sua vida instintual [*ungebändigsten triebleben*] completamente desenfreada, por

outro, necessitava de um processo excessivamente longo de educação preparatória” (FREUD, 1918/1996, p. 111). Também aqui o adjetivo ‘desenfreado’, que pode ser igualmente traduzido como “não dominado” ou “não domesticado”, aparece como referência ao caráter motor do *Trieb*. Ainda que tal conotação não seja inequívoca em todo o texto, ela parece reforçar a ideia de *Trieb* como um elemento próprio da psicanálise, como se pode ver no trecho a seguir:

Tenho sido levado a considerar como a primeira organização sexual reconhecível a assim chamada fase ‘oral’ ou ‘canibalesca’, durante a qual predomina ainda a ligação original entre a excitação sexual e o instinto nutritivo [*eβtrieb*]. [...] A diminuição [no paciente] do instinto nutritivo [*eβtrieb*], embora possa certamente ter outras causas, chama atenção para uma deficiência, por parte do organismo, no domínio da excitação sexual. Nessa fase o objetivo sexual só pode ser o canibalismo, o propósito de devorar; no caso do nosso paciente, surge através da regressão de um estágio mais elevado, na forma de um medo de ‘ser comido pelo lobo’ (FREUD, 1918/1996, p. 113).

À primeira vista, Freud articular a excitação sexual com o *eβtrieb* pode fazer parecer que a excitação sexual está vinculada a algo propriamente biológico, tal como o “instinto nutritivo”. Entretanto, o contrário disso pode ser interpretado ao constatarmos que o autor está aqui afirmando que existe uma “ligação original” entre a excitação sexual e o *Trieb* para devorar, de modo que os transtornos alimentares do paciente podem ser explicados através da diminuição desse *Trieb* enquanto um prejuízo da função sexual do paciente, mas não de um prejuízo em sua função biológica de alimentação. Como diz Freud, devorar, mais do que uma função biológica, é parra criança um objetivo sexual. Assim, cremos que uma “pulsão para devorar” e um “impulso para devorar” aparecem como indicadores mais claros que um “instinto para devorar” para a função sexual do ato (ou fantasia) de devorar.

Por fim, pouco antes de encerrar o caso, Freud faz referência a um elemento que também apareceu no caso Hans: as teorias sexuais infantis.

Lado a lado com o masoquismo que dominava os seus impulsos sexuais [*sexualstrebung*] e que se expressava também em fantasias, persistia igualmente o sadismo, que era dirigido contra os pequenos animais. Suas pesquisas sexuais haviam começado a partir da sedução e diziam respeito, essencialmente, a dois problemas: a origem das crianças e a possibilidade de perder os genitais. Essas buscas entrelaçaram-se com as manifestações dos seus impulsos instintuais [*triebregungen*] e dirigiram a sua propensão sádica para os animaizinhos, que como que representavam os bebês (FREUD, 1918/1996, p. 115).

Além de recorrer à expressão *sexualstrebung* (literalmente, “tendência sexual”) como intercambiável a *sexualtriebe*, Freud afirma que as pesquisas sexuais do Homem dos Lobos estavam vinculadas aos *triebregungen* que dirigiam suas propensões. Freud utiliza a expressão ‘*triebregung*’, que é traduzida por Strachey como ‘*instinctual impulse*’ e veio ao português como ‘impulso instintual’, com ‘*regung*’ correspondendo a ‘impulso’. Nesse caso,

poderia parecer que a tradução de ‘*Trieb*’ como ‘impulso’ ao invés de ‘instinto’ torna a expressão redundante (“impulso de impulso”), mas não é esse o caso, visto que ‘*regung*’ possui também o sentido de ‘movimento’ ou ‘provisão’. Assim, a expressão ‘*triebregung*’ pode ser entendida como “movimento do impulso” ou, onde o contexto permitir, “fornecimento de impulso”. Aqui novamente constatamos uma referência à ideia de movimento de forças psíquicas que é consonante com o modo dinâmico pelo qual Freud abordava o estudo do psiquismo.

Acreditamos que estes exemplos sejam suficientes para nos posicionarmos quanto ao lugar do *Trieb* no texto freudiano. Vimos no capítulo anterior que, no contexto da elaboração da segunda teoria do *Trieb*, Freud explicou o mesmo como uma propriedade imanente da matéria. O termo ‘instinto’ possui a propriedade interessante de referir-se a conteúdos disposicionais que se aproximam da explicação freudiana. A desvantagem dessa tradução, todavia, reside no fato de que o termo adquiriu a denotação usual de referir-se especificamente a conteúdos psíquicos herdados e, como se pode ver, é irrelevante para a compreensão de cada uma das frases precedentes que o *Trieb* tenha sido causado ou não por algum conteúdo herdado, cabendo tal julgamento a uma construção teórica posterior. Além disso, permanece válido o argumento de que, se não existissem distinções importantes entre *Trieb* e *Instinkt*, Freud não teria eleito o termo ‘*Trieb*’ como estandarte do seu conceito. Ademais, como vimos, caso se sustente que a consideração de aspectos disposicionais, constitucionais ou hereditários seja essencial para a teoria psicanalítica, pode-se argumentar contra isso que o termo ‘instinto’, além de não ser necessário para a postulação de conteúdos psíquicos constitucionais, pode induzir à confusão entre características constitucionais físicas, tais como a herança genética, e características constitucionais psíquicas, tais como o *kulturerziehung* anteriormente mencionado (FREUD, 1909a/1996).

Contra o uso de ‘pulsão’, recordamos que, em certa ocasião, Freud (1926/1996) explicitou sua preferência pela utilização de termos usuais e correntes em detrimento de neologismos ou termos técnicos que pouco significam para o público leigo ou para o restante da comunidade científica. Na ocasião, referindo-se ao uso dos vocábulos ‘*es*’ (pronome impessoal, adaptado ao português como ‘isso’) e ‘*ich*’ (‘eu’) em seus textos, o autor afirma, ao dialogar com um interlocutor imaginário:

Provavelmente o senhor protestará por termos escolhido pronomes para descrevermos nossas duas instâncias ou províncias, em vez de dar-lhes nomes gregos bombásticos. Na psicanálise, contudo, gostamos de nos manter em contato com o modo popular de pensar e preferimos tornar seus conceitos cientificamente úteis de preferência a rejeitá-los. Não existe mérito algum nisto. Somos obrigados a assumir essa linha, pois nossas teorias devem ser compreendidas por nossos pacientes, que amiúde são muito

inteligentes, mas nem sempre eruditos. O impessoal ‘*it*’ está imediatamente ligado com certas formas de expressões empregadas pelas pessoas normais. “Isso (*it*) me trespassou”, dizem as pessoas; “havia alguma coisa em mim naquele momento mais forte do que eu (*C’était plus fort que moi*)” (FREUD, 1926/1996, p. 190).

E apesar de ter optado pela palavra ‘pulsão’ em sua tradução, Hanns também alerta que, “se for considerado que no texto freudiano os conceitos psicanalíticos, mesmo sendo mais complexos e abrangentes do que as meras palavras alemãs que os designam, ainda estão conectados aos sentidos das palavras, uma boa interpretação deve manter-se em sintonia com o uso coloquial alemão, bem como o uso freudiano das palavras alemãs” (HANNNS, 1999, p. 23). O autor também nos alerta a que algumas referências importantes do conceito podem ser perdidas nas versões de idioma.

Mesmo quando *potencialmente* se pode identificar em português as *mesmas relações e enlaçamentos* que as presentes no texto alemão (por exemplo, em português, termos como “energia”, “pressão”, “obsessão”, “estímulo” e “instinto”/“pulsão”, tal qual em alemão, também têm em comum um dinamismo que ativa e movimenta o sujeito animando suas ações), as diferentes tendências de compreensão arraigadas em cada idioma deslocam o entendimento de cada termo, enfraquecendo as ligações que havia no alemão, levando o leitor a um entendimento mais estereotipado que ignora a influência do contexto e a riqueza polissêmica. Estes efeitos geralmente não chegam a perturbar a compreensão da obra, esmaecem-lhe apenas o colorido, alterando a tonalidade do texto freudiano (a qual tem sido muito debatida na literatura especializada) (HANNNS, 1999, p. 25).

A preservação da referência ao dinamismo e movimento do *Trieb* é teoricamente importante e o termo ‘pulsão’, além de carecer da peculiaridade de ser coloquial, conforme indicado por Souza (1998/2010), remeteria à ideia de pulsação, faltando a ele “justamente a ideia de ímpeto ou pressão, que segundo a etimologia é denotada pelo prefixo *im*” (SOUZA, 1998/2010, p. 257). Ele traz a ideia de um movimento que se inicia (i.e. um pulso de movimento), mas não referencia a constância que Freud apontou como característica do *Trieb*.

É nesse aspecto que encontramos a principal vantagem do termo ‘impulso’: trata-se de uma palavra cujo uso técnico é bastante específico e não difere excessivamente de seu uso comum que, por sua vez, não está tão impregnado de ambiguidades quanto ‘instinto’. Resguardada a devida precisão de uso, tanto o físico quanto o leigo na maioria dos casos recorrem ao termo ‘impulso’ para referir-se à aplicação periódica de uma força em um corpo físico.

O impulso enquanto conceito da Física é definido como o produto da força pelo tempo, isto é, o impulso aplicado a um corpo corresponde ao produto da força aplicada sobre aquele corpo pelo intervalo de tempo em que ela permanece aplicada. Dado um carro com problemas mecânicos que precisa ser movido, o motorista desaciona o freio de mão, sai do veículo e começa a empurrá-lo até que adquira determinada velocidade ou desloque-se o

suficiente. O impulso não está guardado em algum lugar, existindo virtualmente apenas durante o período em que o motorista permanece empurrando o carro e variando a quantidade de movimento do mesmo na proporção da força aplicada. Esse aspecto do conceito físico reforça sua analogia com a versão psicanalítica na medida em que o impulso psíquico, cuja gênese situa-se na fronteira entre corpo e mente, pode ser pensado não como uma entidade, mas como uma força, demanda ou pressão constante que visa alterar a produzir um movimento. Lembramos que, segundo Freud (1933b/1996, p. 99) é da propriedade de “pressão” que o conceito de *Trieb* deriva seu nome.

Assim, ao mesmo tempo em que dificilmente se confundiria os conceitos físico e psicanalítico de impulso, mesmo nos casos em que uma aproximação semântica fosse arriscada, a apropriação física poderia servir como metáfora para a psicanalítica. Podemos falar sobre: (1) o impulso de um carro em movimento retilíneo uniforme; (2) um pai impulsionando seu filho no balanço; (3) um jovem sendo impulsionado em sua carreira profissional por uma gratificação salarial; (4) um pai que tenta conter o impulso de agredir seu filho; (5) o impulso sexual satisfeito em um sintoma. O termo ‘impulso’ nos permite distinguir facilmente quais dessas situações poderiam interessar a uma abordagem psicanalítica e, ao mesmo tempo em que assegura suas diferenças, conserva uma unidade metafórica entre todas elas.

No que diz respeito à referência a uma “disposição” ou “constituição” que frequentemente acompanha o uso do termo ‘*Trieb*’, consideramos que ‘impulso’ é perfeitamente compatível com a ideia de uma disposição psíquica, além de ser lexicalmente vinculado à ideia de compulsão à repetição, tão importante para a teoria do *Trieb*. A compulsão à repetição pode ser interpretada como um impulso que manifesta justamente o caráter conservador do *Trieb* anteriormente apontado por Freud (1933b/1996, 1940a/1996).

Em suma, tendo em vista que a significação tácita nos interessa mais do que qualquer significação declarativa elaborada por Freud ou outros autores e considerando-se que nossa análise nos indicou que um dos traços comuns da aplicação do *Trieb* consiste justamente em referenciar-se constantemente ao movimento ou a uma disposição ao movimento (ou ainda a algo que é percebido como uma incitação ao movimento), parece-nos que, ao menos nas asserções acima escolhidas, ‘impulso’ é um termo bastante apropriado para preservar esse sentido que aqui estamos considerando como o mais relevante para a formação da categoria *Trieb*. Em outras palavras, por ser comensurável à categoria tácita estruturada pelo termo ‘*Trieb*’, consideramos ‘impulso’ uma tradução sobremodo útil no que diz respeito a seu poder de preservar os referentes perceptuais associados ao termo ‘*Trieb*’.

Resta-nos agora avaliar o quanto essas colocações se harmonizam com a formalização declarativa do conceito de *Trieb*, ou seja, com o construto teórico freudiano apresentado no capítulo anterior. Efetuaremos tal avaliação tomando o *Trieb* como uma categoria kuhniana e, simultaneamente, apresentaremos ao leitor a conclusão a que chegamos, nesse processo, acerca do exemplar apresentado por Freud (1915a) em seu artigo metapsicológico sobre o *Trieb*.

#### 4.2 – Ponderações teóricas sobre o *Trieb* enquanto categoria perceptiva:

Vimos anteriormente que Freud teoriza o *Trieb* como um tipo especial de estímulo, “um instinto [*Trieb*] é um estímulo [*reiz*] aplicado à mente, [...] um estímulo instintual [*triebreiz*] não surge do mundo exterior, mas de dentro do próprio organismo [*organismus*]. Por esse motivo ele atua diferentemente sobre a mente, e diferentes ações se tornam necessárias para removê-lo” (FREUD, 1915a/1996, p. 124)<sup>1</sup>. De acordo com o autor, o aparelho psíquico funciona segundo um princípio de constância, cujo propósito é descarregar a acúmulo de excitação através de ações motoras. Dado que se caracteriza como um estímulo que vêm de dentro do corpo, o *Trieb* nem sempre pode ser descarregado pela ação motora direta, ou seja, ele consiste em uma demanda de ação, mas nem sempre o organismo é capaz de executar a ação que lhe sirva ao propósito de ser descarregado ou, o que dá no mesmo, satisfeito. Em seguida, além de situá-lo na fronteira entre corpo e mente, Freud (1915a/1996) atribui ao *Trieb* quatro características – fonte corporal, pressão para o movimento, finalidade de descarga e objeto através do qual a descarga será efetuada – e quatro operações possíveis – reversão ao oposto, retorno ao eu, repressão e sublimação. Na continuidade do artigo metapsicológico, Freud (1915a/1996) reduz o *Trieb* a dois tipos fundamentais (autopreservativos e sexuais) que podem combinar-se de variadas maneiras para formar as demais formas complexas. Essa fórmula foi modificada por Freud (1920/1996) quando o *Trieb* de autopreservação passou a ser considerado sexual graças ao conceito de narcisismo e os tipos fundamentais passaram a ser o *Trieb* vital e o *Trieb* mortal, enquanto os tipos antigos apareceram novas versões, *Trieb* egoico e o *Trieb* objetal, que compunham o *Trieb* vital.

É evidente que, dada sua arbitrariedade, qualquer tradução poderia ser mais ou menos forçada a representar todas essas propriedades teóricas do *Trieb*. A despeito disso, ressaltamos

---

<sup>1</sup> Os termos originais destacados nessa citação foram retirados de Freud, 1915/2012.

que ‘impulso’ adequa-se notavelmente às mesmas, graças sua afinidade semântica com o modelo fisiológico de arco reflexo [*reflexschema*] recorrido por Freud para explicar o conceito. Assim, nenhuma contradição aparente surge ao assumirmos que um impulso é um estímulo aplicado à mente e que, enquanto os demais estímulos surgem do mundo exterior, o impulso surge de dentro do organismo. Também parece procedente afirmar que o impulso exerce uma pressão para o movimento com finalidade de descarregar uma satisfação por intermédio de um objeto qualquer. No que diz respeito aos tipos fundamentais do *Trieb* tais como se apresentam no quadro teórico freudiano mais recente, não encontramos maiores dificuldades na consideração de um impulso mortal (ou destrutivo) e de um impulso vital (ou sexual), bem como suas derivações (impulso ao objeto e impulso ao eu). Mais além, a designação do impulso vital e do impulso mortal como, respectivamente, “impulso para a vida” e “impulso para a morte” favorece a compreensão daquela característica do *Trieb* que o autor chamou de “finalidade”, a qual é sempre finalidade de satisfação. Dado que, para Freud, as naturezas dos impulsos de vida e morte são distintas, é graças a suas finalidades, isto é, aos modos próprios de satisfação de cada impulso, que eles podem ser distinguidos: “embora os instintos sejam inteiramente determinados por sua origem numa fonte somática, na vida mental nós os conhecemos apenas por suas finalidades” (FREUD, 1915a/1996, p. 129). Assim, um impulso para a vida é uma demanda de movimento para a conservação da vida, enquanto o impulso para a morte manifesta-se como uma demanda de destruição ou de retorno a um estado de inatividade e constância (observe-se que o retorno à constância também demanda uma ação que atenua as fontes de excitação).

Naturalmente, o termo ‘pulsão’, dada sua ampla apropriação e utilização nos meios psicanalíticos, pode satisfazer a maioria das exigências semânticas, ou ao menos as mais importantes, do termo ‘*Trieb*’. O que estivemos aqui defendendo foi apenas que ‘impulso’ pode ser igualmente, senão mais, vantajoso. Todavia, saber se ‘impulso’ ou ‘pulsão’ constituem boas traduções torna-se uma questão secundária e as coisas se tornam menos positivas quando nos dirigimos à questão da fonte do *Trieb* levando em conta os exemplares freudianos que analisamos. A fonte de algo é justamente o ponto no qual tentamos situá-lo enquanto parte de um mundo, ou seja, é o local, dentro de uma visão de mundo, onde o conceito se denuncia enquanto uma forma de ser percebido que está em relação com o todo da percepção. Desse modo, não por acaso, é diante da determinação da fonte do *Trieb* que nos surge a oportunidade de investiga-lo enquanto categoria.

Em uma conferência bastante anterior aos artigos metapsicológicos, Freud ensaia uma descrição do processo descarga de excitação:



O aumento da soma de excitação ocorre por vias sensoriais, e sua diminuição, por vias motoras. Assim, podemos dizer que quando alguma coisa atinge alguém, esse alguém reage de maneira motora. Podemos agora afirmar com segurança que depende dessa reação o quanto restará de uma impressão psíquica inicial. Consideremos isso em relação a um exemplo específico. Suponhamos que um homem seja insultado, esmurrado, ou qualquer coisa desse gênero. Esse trauma psíquico está ligado a um aumento da soma de excitação de seu sistema nervoso. Surge então instintivamente [*instinktiv*] uma inclinação a diminuir de imediato a excitação aumentada. Ele revida a ofensa, e então sente-se melhor; talvez tenha reagido adequadamente - isto é, talvez se haja livrado de tanto quanto foi introduzido nele. Ora, essa reação pode assumir várias formas. Para os aumentos muito ligeiros da excitação, as alterações corporais talvez sejam suficientes: chorar, insultar, esbravejar etc. Quanto mais intenso o trauma, maior a reação suficiente. A reação mais adequada, entretanto, é sempre uma tomada de atitude (FREUD, 1893/1996, p. 44).

Note-se que, ainda que coincida com e ilustre bem a definição que viria a ser desenvolvida em 1915, o autor aqui não recorreu ao termo *Trieb*. Ao invés disso, faz uso do termo '*Instinkt*' de um modo que, conforme observado por Souza (1998/2010), é praticamente indiscriminável do uso que viria a ser feito do termo '*Trieb*' no futuro, ao menos nos artigos metapsicológicos. O exemplo apresentado nessa passagem explicitamente referencia a participação da ação motora e implicitamente sugere que tal ação seria, de algum modo, instintiva. É plausível concluir, a partir do contexto e dos termos utilizados, que Freud considera inata a "inclinação a diminuir de imediato a excitação". O exemplo supracitado ilustra um estímulo que incide desde fora, mas, se considerarmos que o *Trieb*, mesmo surgindo de dentro, é também um estímulo, tal exemplo pode favorecer interpretações do termo que o tratem como referente a características inatas. Essa poderia ser uma objeção ao uso de 'impulso', afinal, conforme nos ensina Freud, "embora sejam a suprema causa de toda atividade, elas [as forças instintuais] são de natureza conservadora" (FREUD, 1940a/1996, p. 158). Também para ele o ímpeto de retornar a um estado anterior é uma característica própria da matéria orgânica (FREUD, 1920/1996).

Essa é a ocasião no qual a *triebtheorie* assume um aspecto incerto, o qual Freud (1933d/1996) chamou de "mitológico". Ainda que tenhamos sustentado que os termos 'impulso' e 'pulsão' não excluem a referência a uma disposição para o movimento ou até mesmo a uma tendência inata ao movimento, isso não soluciona completamente a questão da fonte dos *Triebe*, pois temos tanto direito de estranhamento diante da afirmação de que "impulso surge espontaneamente da matéria" quanto um físico teria se a ouvisse. Para avaliarmos a pertinência de se afirmar que um *Trieb* surge do corpo, deixaremos de lado essa reflexão sobre a tradução, que consideramos complementar, e passaremos à discussão teórica sobre os referentes do termo recorrendo à presença silenciosa de Kuhn para auxiliar-nos.

Iniciemos por um exemplo imaginário: um bebê segura um brinquedo de plástico e, por falta de controle motor, derruba-o ao chão, provocando um barulho que o assusta, isto é, aumenta seu nível de excitação. Para evitar que ele chore, seus pais comemoram a queda do objeto e a criança, percebendo a inexistência de ameaça, acompanha-os na celebração descarregando a excitação através de euforia e riso. Em seguida, por repetidas vezes a criança segura o objeto e, propositalmente, lança ao chão repetindo o barulho e a celebração subsequente. Por que a criança fez isso? Ainda que o estágio objetal possa ter iniciado, o bebê de nosso exemplo é muito novo para supormos que o principal motivador de sua ação tenha sido provocar excitação nos pais. É mais provável que ele esteja tentando, por intermédio da repetição de sua ação, reproduzir a experiência de satisfação há pouco sentida. Nisso começamos a perceber o dito caráter conservador do *Trieb*: o bebê provoca um aumento de excitação – que, mesmo potencialmente desprazeroso, é capaz de dominar – para poder sentir a satisfação da descarga. Mas a que o termo ‘*Trieb*’ está se referindo quando afirmamos que o bebê foi impulsionado à ação? De onde veio o *Trieb*? Segundo Freud (1915b/1996), a fonte do *Trieb* é o corpo e o *Trieb* vem do interior do organismo. Nesse caso, foi seu corpo que impulsionou o bebê à ação? Em que sentido podemos afirmar que o *Trieb* veio do interior do organismo? Como responder a tais perguntas recorrendo ao trabalho do próprio Freud?

Em “Além do Princípio do Prazer”, mesmo texto em que apresentou formalmente o conceito de *Trieb* mortal, Freud (1920/1996) retoma a discussão do modelo fisiológico que o havia inspirado anteriormente (1915a/1996) na explicação do funcionamento do *Trieb*. Já sabemos que tal modelo relaciona os sentimentos de desprazer e prazer, respectivamente, com o aumento e a diminuição das quantidades de excitação do organismo, atribuindo ao aparelho psíquico a função de manter a excitação no nível menos elevado e/ou mais constante possível. A novidade é que, no texto mais recente, o autor sugere uma distinção entre princípio de constância e princípio do prazer. Mais especificamente, afirma que “o princípio de prazer decorre do princípio de constância” (FREUD, 1920, p. 18), ou seja, a tendência a obter prazer desenvolve-se da tendência a descarregar tensões. Ao apresentar tal distinção, o interesse de Freud parece ser evidenciar, como ele faz no restante do texto, o caráter conservador do *Trieb*, que se apresenta como uma tendência (uma compulsão) para repetir uma experiência.

Para nosso propósito, a distinção entre princípio de constância e de prazer é interessante por iluminar nosso caminho na compreensão dos referentes do termo *Trieb*, isto é, dos fenômenos aos quais ele pode ou não ser aplicado. O organismo constantemente recebe estímulos do ambiente, acumulando uma excitação que força seu descarregamento. A

descarga de acúmulos de excitação provoca sentimentos de prazer que visarão ser repetidos. Assim, a busca por satisfação, isto é, a tentativa de repetir uma satisfação passada, não deve ser a mesma coisa que uma tendência para descarregar a excitação. Retomando o exemplo da criança que atira seu brinquedo repetidamente ao chão, podemos dizer que o que impulsionou o bebê para a execução do ato foi a lembrança de uma satisfação passada. Em termos metapsicológicos, tanto no princípio de constância quanto no princípio de prazer, algo incide sobre o sistema nervoso, ou melhor, sobre o sistema perceptual-consciente, e este se esforça por descarregá-lo por meio de uma ação motora. A diferença reside em que, no segundo caso, o motivador da ação não veio do ambiente, nem sequer veio propriamente do corpo, mas sim do sistema mnemônico. Assim, seguindo o uso freudiano, parece-nos ser preciso preservar o termo ‘estímulo’ (como tradução de ‘*Reiz*’) para designar a atuação ambiental sobre o organismo e utilizar ‘*Trieb*’ (ou suas traduções ‘impulso’ e ‘pulsão’) para designar a atuação do sistema mnemônico sobre o organismo. Conforme no informa Hanns,

Geralmente em conexão com sensações corporais, o substantivo *Reiz* e o verbo *reizen* se referem a um “estímulo” que, por falta de termo melhor, poderia ser descrito como de natureza “irritativa”; trata-se de algo que “espicaça”, “incita”, “provoca” e “agulha”. O termo é utilizado em relação com inúmeros conceitos-chaves psicanalíticos, notadamente “pulsão” (*Trieb*) e “prazer” (*Lust*) (HANNIS, 1996, p. 221).

Como o *Trieb* é um tipo – uma categoria – de estímulo, ele compartilha com este a característica de provocar no organismo uma “irritação” que o compele ao movimento. A diferença se daria, de acordo com o uso que Freud faz do mesmo, em que o *Trieb* possui uma procedência diferenciada. Esse estado de coisas não corresponde completamente com o exemplo de *Trieb* apresentado por Freud em “O Instinto e suas Vicissitudes”. Nesse texto, Freud (1915a/1996) afirma que o *Trieb* é um tipo de estímulo que vem de dentro e que sua atuação é constante, não podendo, dada sua origem interna, ser eliminado através da ação motora. Não contestamos que o *Trieb* seja um tipo especial de estímulo e nem que sua demanda de descarga possa ser constante, mas uma dificuldade surge quando verificamos que, com ‘interno’, Freud refere-se ao que vem de dentro do corpo: “a luz forte que incide sobre a vista não é um estímulo instintual; já a secura da membrana mucosa da faringe ou a irritação da membrana mucosa do estômago o são” (FREUD, 1915a/1996, p. 124). De acordo com a leitura do conceito de *Trieb* que estamos fazendo, tanto a luz que incide sobre a vista quanto a secura e a irritação da mucosa seriam estímulos, mas não *Triebe*.

Não ousamos afirmar que o exemplar (paradigma) apresentado por Freud seja incorreto, mas ele não nos parece perfeitamente comensurável com as demais aplicações feitas pelo autor. Os usos do termo que vimos anteriormente, tais como os dos casos clínicos,

além de fazerem referência implícita ao movimento, não fazem, em sua grande maioria, referência alguma a uma irritação corporal de tipo similar a uma estimulação da mucosa. Se um estímulo incide sobre o sistema perceptual-consciente desde o ambiente externo e outro desde o corpo, isso não muda o fato de ambos serem fisiológicos, dada sua origem não psicológica. Ou, em termos metapsicológicos precisos, se um estímulo incide sobre o eu desde o ambiente ou desde o corpo, isso não muda o fato de ambos serem perceptivos, dada sua origem não mnemônica. Em outras palavras, um estímulo, tanto faz se ambiental ou se proveniente do corpo, é uma coisa de tipo diferente da modalidade especial de estímulos que consideramos como legitimamente psíquica, seja esta a dos estímulos derivados do sistema mnemônico. Se dissermos que estímulos vêm de fora e que *Triebe* vêm de dentro, ‘fora’ e ‘dentro’ não referenciam para nós, como o fazem no exemplo de Freud, limites externos e internos do corpo. Tecnicamente, estímulos que vem de dentro do corpo também são externos, pois nosso referente não é o corpo, mas a instância psíquica<sup>1</sup> que recebe inclusive os estímulos do corpo. Ainda que sejam internos ao corpo, os estímulos são externos ao sistema perceptual, pois chegam a ele “desde fora”, enquanto os *Triebe* o atingem desde dentro, isto é, desde a memória ou, para manter a precisão teórica, desde o sistema mnemônico ou representacional, que é em si mesmo inconsciente (FREUD, 1915c).

Posteriormente, ao apresentar seu modelo de aparelho psíquico em “O Ego e o Id” (1923b) e em “A Dissecção da Personalidade Psíquica” (1933a), Freud representa textual e graficamente a fonte do *Trieb* como o sendo a instância chamada ‘isso’. O eu está situado na fronteira entre o ambiente e isso de onde o *Trieb* procede. O *Trieb* atinge o eu desde dentro do aparelho psíquico, enquanto os demais estímulos atingem o eu desde fora. Ora, o exemplo de Freud seria perfeitamente adequado se tomássemos ‘isso’ como sinônimo de corpo, mas sabemos que a instanciação do isso não se deve puramente a uma disposição biológica ou filogenética. Um processo altamente intrincado e dependente da alteridade (vide nosso exemplo do bebê) está na base constitutiva do isso enquanto “casa do *Trieb*” (FREUD, 1933a).

Assim, questionamos se a “irritação da mucosa” seria mesmo um referente legítimo e um exemplar adequado para o termo ‘*Trieb*’ porque, segundo o modo de ver as coisas que estamos apresentando, o estímulo que surge dentro do corpo não é necessariamente *Trieb*, a não ser que venha do sistema mnemônico. Sustentamos que tanto a luz que incide sobre a

---

<sup>1</sup> Afirmamos anteriormente que o sistema perceptual-consciente é quem recebe os estímulos e impulsos, todavia, considerando-se o desenvolvimento da metapsicologia (FREUD, 1923b), é mais apropriado afirmar que o sistema que os recebe é o eu, que é constituído a partir do princípio de realidade e do exercício perceptual, mas que pode ser inconsciente em si mesmo.

retina quanto a irritação da mucosa são estímulos, ainda que a primeira venha de fora e a segunda de dentro do corpo; contudo, nenhuma delas é *Trieb*, pois se o *Trieb* vem de dentro, não o faz no mesmo sentido em que o estímulo corporal, isto é, ele incide sobre o a instância perceptual – o eu – não somente de dentro do corpo, mas de dentro do psiquismo, aqui tomado como a instância mnemônica. No momento de sua manifestação, o *Trieb* certamente é percebido como um estímulo (afinal, ele é um tipo de estímulo), mas sua procedência é representacional, e não puramente fenomenológica como é a procedência dos estímulos sensoriais. De modo semelhante, se afirmamos que o *Trieb* tem sua origem no corpo ou está situado na fronteira do corpo com o psiquismo, isso significa que, sendo uma lembrança de satisfação, ou melhor, sendo uma representação de satisfação que pode ou não ser lembrada, o *Trieb* já foi corporal em algum momento, teve sua origem numa experiência corporal (e nisso a influência filogenética talvez possa ter manifestado seus efeitos), mas agora está restrito ao sistema mnemônico<sup>1</sup>. Em todo caso, a fonte originária do *Trieb* é o corpo, mas a fonte atual é o sistema mnemônico.

É importante observar que nossa distinção aborda as categorias ‘estímulo’ e ‘*Trieb*’ tomando como referência, dentre outras coisas, sua gênese. Estamos aqui considerando os estímulos que provêm do sistema mnemônico, isto é, os *Triebe*, independentemente de eles atingirem ou não o sistema perceptual-consciente. Para que sejam conscientes, isso depende de serem tolerados pelo Ego e de encontrarem representação no sistema pré-consciente, o que nem sempre é possível. Em todo caso, excede nossos atuais objetivos discutir sob quais condições um estímulo ou um *Trieb* podem atingir o sistema consciente ou sob quais condições eles permanecem inconscientes e não é de primeira importância para nossa reflexão saber se os *Triebe* são bem sucedidos em atingir a consciência. Assim, quando fazemos menção à sua origem mnemônica, não necessariamente queremos dizer que os *Triebe* sejam recordáveis ou perceptíveis.

A origem mnemônica do *Trieb* denuncia seu caráter experiencial original, isto é, o *Trieb* é constituído conforme uma experiência – real ou imaginária – na qual o sujeito do *Trieb* esteve situado. Em nosso exemplo, se o bebê foi capaz perceber a situação como celebrativa e descarregar prazerosamente a excitação naquele momento, isso ocorreu, ao menos em parte, graças à atitude dos pais, que significaram a situação como celebrativa para ele. Esse estado de coisas restringe também a necessidade de se pensar o *Trieb* como

---

<sup>1</sup> Isso não significa que a representação mnemônica da satisfação necessariamente consista em uma lembrança da experiência de satisfação passada. Não devemos desprezar o papel do fantasiar na construção das representações e sabemos, por princípio, que uma representação pode atuar sobre o psiquismo sem que seja consciente, isto é, sem que seja recordável (como é o caso dos sintomas neuróticos).

hereditário ou como propriedade inata da matéria, divergindo ligeiramente de algumas posições freudianas. A tendência para constância pode perfeitamente ser inata, mas o *Trieb* é uma propriedade emergente do mecanismo de constância, assim com o são a busca do prazer e a compulsão à repetição.

Isso também explica, ao menos parcialmente, por que um *Trieb* não pode ser completamente descarregado através da ação motora: ele é, como diz Freud (1915a/1996), uma demanda mnemônica constante e não uma estimulação fisiológica momentânea. Até mesmo uma irritação da mucosa pode ser aliviada por uma ação motora que seja capaz de produzir uma alteração na substância física (ainda que tal ação não seja sempre simples e imediata). Todavia, nenhuma alteração motora pode fazer cessar definitivamente o desprazeroso acúmulo da estimulação que provém do sistema mnemônico<sup>1</sup>. Ademais, sendo uma demanda mnemônica, o *Trieb* nunca é completamente acessível em si mesmo, sendo sempre intermediado por representações. De fato, ele é uma representação de uma experiência de satisfação, um símbolo dado geralmente pelos agentes da experiência. No caso do bebê de nosso exemplo, seus pais.

Como dito, não nos afoitamos a avaliar a corretude do exemplar recorrido por Freud em “O Instinto e suas Vicissitudes” (1915a) para elucidar o *Trieb*, mas não nos parece que ele seja comensurável tanto com muitas das aplicações que Freud faz do termo quanto, e principalmente, com o modo pelo qual categorizamos o *Trieb* em relação ao problema mente-corpo. A mais forte razão para assim o considerarmos se deve do fator já apresentado ao longo desde capítulo, seja esta que, em muitas das aplicações do termo *Trieb*, o referente do termo não é o corpo nem uma pressão que provém do corpo num sentido fisiológico ou fenomenológico, mas sim uma pressão que – mesmo sendo física e se manifestando corporal e fenomenologicamente – provém do psiquismo ou, mais especificamente, do sistema mnemônico, que consiste em um registro de experiências de satisfação corporal passadas que demandam repetição. Assim, a irritação da mucosa é inicialmente estímulo, mas pode vir a ser *Trieb* se o registro de sua experiência, sua representação mnemônica, demandar repetição no futuro.

Não estamos defendendo aqui que o psíquico possa existir independentemente de um corpo. Freud nos lembra de que “o psíquico, seja qual for sua natureza, é em si mesmo inconsciente e provavelmente semelhante em espécie a todos os outros processos naturais de que obtivemos conhecimento” (FREUD, 1940b, p. 303). Apenas estamos recorrendo à mesma

---

<sup>1</sup> Não entraremos no mérito da possibilidade de se afetar o psiquismo através de substâncias químicas ou de experiências conhecidas como “estados alterados de consciência”.

atitude que levou Freud a advogar que “a psicanálise deve manter-se livre de toda hipótese que lhe é estranha, seja de tipo anatômico, químico ou fisiológico, e deve operar inteiramente com ideias auxiliares puramente psicológicas” (FREUD, 1916a, p. 30), e que igualmente o levou a criticar os médicos de sua época por não reconhecerem na vida mental dos pacientes uma participação causal na formação de seus sintomas:

Os médicos passaram a restringir seu interesse ao corporal e de bom grado deixaram aos filósofos, a quem menosprezavam, a tarefa de se ocuparem do anímico. É verdade que a medicina moderna tinha motivos suficientes para estudar o incontestável vínculo existente entre o físico e o anímico, mas nunca deixou de representar o anímico como determinado pelo físico e dependente deste. Assim, enfatizou-se que o funcionamento intelectual estaria ligado à existência de um cérebro normalmente desenvolvido e suficientemente nutrido, e que qualquer adoecimento desse órgão faria com que se incorresse em perturbações; que a introdução de substâncias tóxicas na circulação poderia produzir certos estados de doença mental, ou, em pequena escala, que os sonhos do sujeito adormecido seriam modificáveis conforme os estímulos que se fizesse atuar sobre ele para fins experimentais. A relação entre o físico e o anímico (tanto nos animais quanto no ser humano) é recíproca, mas o outro lado dessa relação, o efeito do anímico no corpo, encontrou pouca aceitação aos olhos dos médicos em épocas anteriores. Eles pareciam temerosos de conceder uma certa autonomia à vida anímica, como se com isso fossem abandonar o terreno da cientificidade (FREUD, 1905b, p. 272).

Na medida de sua insistência na pureza de uma linguagem psicológica para a psicanálise, encontramos em Freud um recurso para pensar que o *Trieb* participa de uma categoria que deve ser teoricamente distinta do estímulo fisiológico, haja vista que o psíquico possui uma autonomia teórica dentro da visão de mundo pelo qual enxergamos a teoria psicanalítica e os fenômenos clínicos apontados por ela. Além de insistir na importância de não se reduzir a linguagem psicológica à linguagem fisiológica, Freud trata o *Trieb*, pelo que vimos em nossa investigação, como uma força que provém de um domínio que, ainda que possa ser físico, não coincide com o da estimulação fisiológica.

Devemos recordar que todas as nossas ideias provisórias em psicologia presumivelmente algum dia se basearão numa subestrutura orgânica. Isso torna provável que as substâncias especiais e os processos químicos sejam os responsáveis pela realização das operações da sexualidade, garantindo a extensão da vida individual na da espécie. Estamos levando essa probabilidade em conta ao substituímos as substâncias químicas especiais por forças psíquicas especiais. (...) [Mas] visto não podermos esperar que outra ciência nos apresente as conclusões finais sobre a teoria dos instintos [*triebtheorie*], é muito mais objetivo tentar ver que luz pode ser lançada sobre esse problema básico da biologia por uma síntese dos fenômenos *psicológicos* (FREUD, 1914b, p. 86).

Ademais, se nos dirigirmos às importantes definições declarativas feitas por Freud quando da formalização da segunda teoria do *Trieb* e avaliarmos os exemplares que ele apresenta para justificar tal formalização, encontramos algo que favorece menos a visão fisiológica do *Trieb* do que a visão psicológica. Os usos do termo nos dois casos que analisamos anteriormente não referenciam, em sua grande maioria, algo pertencente ao

âmbito corporal no sentido de uma estimulação puramente procedente dos órgãos internos do corpo. Diferente disso, eles fazem referência ao movimento, ao impulso, à dinâmica do psiquismo e, acima de tudo, a experiências corporais que demandam repetição. Ao analisar a compulsão à repetição como manifestação fundamental do *Trieb*, Freud apresenta o exemplo de uma criança de ano e meio de idade no intuito de ilustrar o fenômeno de repetição intrínseco ao processo do *Trieb*:

Tinha o hábito ocasional e perturbador de apanhar quaisquer objetos que pudesse agarrar e atirá-los longe para um canto, sob a cama, de maneira que procurar seus brinquedos e apanhá-los, quase sempre dava bom trabalho. Enquanto procedia assim, emitia um longo e arrastado ‘o-o-o-ó’, acompanhado por expressão de interesse e satisfação. Sua mãe e o autor do presente relato concordaram em achar que isso não constituía uma simples interjeição, mas representava a palavra alemã ‘*fort*’. Acabei por compreender que se tratava de um jogo e que o único uso que o menino fazia de seus brinquedos, era brincar de ‘ir embora’ com eles. Certo dia, fiz uma observação que confirmou meu ponto de vista. O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo ‘o-o-ó’. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre ‘*da*’ (‘ali’). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. [...] De um ponto de vista não preconcebido, fica-se com a impressão de que a criança transformou sua experiência em jogo devido a outro motivo. No início, achava-se numa situação *passiva*, era dominada pela experiência; repetindo-a, porém, por mais desagradável que fosse, como jogo, assumia papel ativo. Esses esforços podem ser atribuídos a um instinto [*bemächtigungstrieb*] de dominação que atuava independentemente de a lembrança em si mesma ser agradável ou não. Mas uma outra interpretação ainda pode ser tentada. Jogar longe o objeto, de maneira a que fosse ‘embora’, poderia satisfazer um impulso [*racheimpulses*<sup>1</sup>] da criança, suprimido na vida real, de vingar-se da mãe por afastar-se dela. Nesse caso, possuiria significado desafiador: ‘Pois bem, então: vá embora! Não preciso de você. Sou eu que estou mandando você embora.’ (FREUD, 1920, p. 25).

Como se vê, as duas interpretações não excludentes oferecidas por Freud levam em conta o fato de que o *Trieb* ou *impulse* que compelia a criança à ação era uma demanda de repetição motora de uma experiência passada. À semelhança dos casos clínicos e do exemplo do bebê que apresentamos anteriormente, a estimulação dessa criança também, sendo uma lembrança, provinha de seu sistema mnemônico e não de uma percepção corporal momentânea. Esse tipo de estimulação a que Freud chama *Trieb* via de regra manifesta-se corporalmente, pois se trata de um impulso que põe o corpo em movimento. Uma irritação da mucosa pode, inclusive, ser uma manifestação de um *Trieb*. Contudo, a irritação da mucosa não é em si mesmo um *Trieb*, mas um estímulo (*Reiz*) que é tão ambiental quanto os demais estímulos que chegam à percepção.

---

<sup>1</sup> Literalmente, ‘impulso vingativo’.



Em suma, acreditamos, como Freud, que o sistema mnemônico e o inconsciente sejam em si mesmos fisiológicos. Contudo, se seguirmos o modelo de aparelho psíquico apresentado pelo autor, veremos que o *Trieb* atinge o eu desde dentro do próprio aparelho psíquico (ou seja, desde o sistema mnemônico, desde o inconsciente, desde o isso), enquanto os demais estímulos atingem o eu desde fora do aparelho psíquico (ou seja, desde o sistema perceptual, que abarca tudo o que chega como fenômeno ao eu, seja do corpo ou do ambiente). De modo semelhante, concordamos com Freud em que o *Trieb* está situado na “fronteira” entre corpo e mente. Contudo, o fazemos no sentido em que toda experiência, real ou fantasística, é vivenciada e manifesta-se no corpo, de modo que, uma vez vivenciada, sua representação torna-se sujeita ao domínio do inconsciente e a suas leis de funcionamento. Esses são os principais motivos pelos quais afirmarmos, graças ao caminho pelo qual o pensamento kuhniano nos conduziu, que Freud soa impreciso ao afirmar que a irritação da mucosa do estômago seria um exemplar de *Trieb*.

Segundo enunciado na introdução, nosso objetivo não consistia em apresentar uma definição positiva, superior ou inédita do conceito, mas sim em compreender suas propriedades no contexto de uma visão de mundo ou, como sabemos, de uma estrutura de categorias. Realizamos tal exercício demarcando os referentes do termo (‘estímulo’, ‘*Trieb*’, ‘dentro’, ‘fora’, ‘corpo’, ‘mente’, ‘percepção’, ‘memória’) e, com isso, o modo como ele é categorizado e percebido. Durante nosso exercício, concluímos que um dos exemplares dados por Freud, a irritação da mucosa, não se compatibiliza com as categorias pelas quais compreendemos o conceito. Acreditamos também que essa operação com as categorias e referentes teóricos pode ser tomada como um exemplar dos processos epistemológicos que descrevemos em nosso capítulo sobre o método de Kuhn e, assim, esperamos ter evidenciado como uma operação epistemológica desse tipo pode ser um meio útil para a compreensão de conceitos teóricos, especialmente em campos tão fundamentais para a clínica psicanalítica quanto é a teoria do *Trieb* ou, como por ora preferimos, a teoria do impulso.

## REFERÊNCIAS

- FREUD, S. (1893). *Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: uma Conferência*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. III).
- FREUD, S. (1895). Psicoterapia da Histeria. In: BREUER, J.; FREUD, S. *Estudos sobre a Histeria*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. II).
- FREUD, S. (1900). *A Interpretação de Sonhos*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. IV-V).
- FREUD, S. (1904). *O Método Psicanalítico de Freud*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. VII).
- FREUD, S. (1905a). *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. VII).
- FREUD, S. (1905b). *Tratamento Psíquico (ou Anímico)*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. VII).
- FREUD, S. (1909a). *Análise de uma Fobia de um Menino de Cinco Anos*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. X).
- FREUD, S. (1909b). *Notas sobre um Caso de Neurose Obsessiva*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. X).
- FREUD, S. (1913). *Sobre o Início do Tratamento (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise I)*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XII).
- FREUD, S. (1914a). *Recordar, Repetir e Elaborar (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise II)*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XII).
- FREUD, S. (1914b). *Sobre o Narcisismo: Uma Introdução*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XIV).
- FREUD, S. (1915a). *O Instinto e Suas Vicissitudes*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XIV).

FREUD, S. (1915b). *Repressão*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XIV).

FREUD, S. (1915c). *O Inconsciente*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XIV).

FREUD, S. (1916a). *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise: Conferência I – Introdução*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XV).

FREUD, S. (1916b). *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise: Conferência VI – Premissas e Técnica de Interpretação*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XV).

FREUD, S. (1917a). *Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise: Conferência XIX – Resistência e Repressão*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XVI).

FREUD, S. (1917b). *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise: Conferência XXVIII – Terapia Analítica*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XVI).

FREUD, S. (1918). *História de uma Neurose Infantil*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XVII).

FREUD, S. (1920). *Para Além do Princípio do Prazer*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XVIII).

FREUD, S. (1923a). *Dois Verbetes de Enciclopédia*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XVIII).

FREUD, S. (1923b). *O Ego e o Id*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XIX).

FREUD, S. (1925). *Um Estudo Autobiográfico*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XX).

FREUD, S. (1926). *A Questão Da Análise Leiga: Conversações Com Uma Pessoa Imparcial*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard* Brasileira, v. XX).

FREUD, S. (1927). *O Futuro de uma Ilusão*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. XXI).

FREUD, S. (1933a). *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise: Conferência XXXI – A Dissecção da Personalidade Psíquica*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. XXII).

FREUD, S. (1933b). *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise: Conferência XXXII – Ansiedade e Vida Instintual*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. XXII).

FREUD, S. (1933c). *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise: Conferência XXXIV – Explicações, Aplicações e Orientações*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. XXII).

FREUD, S. (1933d). *Por que a Guerra? (Einstein e Freud)*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. XXII).

FREUD, S. (1940a [1938]). *Esboço de Psicanálise*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. XXIII).

FREUD, S. (1940b [1938]). *Algumas Lições Elementares De Psicanálise*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. XXIII).

FREUD, S. (1950a [1892-1899]). *Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. I).

FREUD, S. (1950b [1895]) *Projeto para uma Psicologia Científica*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição *Standard Brasileira*, v. I).

FREUD, S. (1909a). *Analyse der Phobie eines fünfjährigen Knaben*. Disponível em: [www.psychanalyse.lu](http://www.psychanalyse.lu). Acesso em: 21 de dezembro de 2012.

FREUD, S. (1909b). *Bemerkungen über einen Fall von Zwangsneurose*. Disponível em: [www.psychanalyse.lu](http://www.psychanalyse.lu). Acesso em: 21 de dezembro de 2012.

FREUD, S. (1915). *Triebe und Triebchicksale*. Disponível em: [www.psychanalyse.lu](http://www.psychanalyse.lu). Acesso em: 21 de dezembro de 2012.

FREUD, S. (1918). *Aus der Geschichte einer infantilen Neurose*. Disponível em: [www.psychanalyse.lu](http://www.psychanalyse.lu). Acesso em: 21 de dezembro de 2012.

FULGÊNCIO, L. Paradigmas na História da Psicanálise. *Natureza Humana*. Jan-Jun, 2007, v. 9, n. 1, p. 97-128.

GOMES, G. Os Dois Conceitos Freudianos de *Trieb*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Set-Dez, 2001, v. 17, n. 3, p. 249-255.

HANNS, L. A. *A Teoria Pulsional na Clínica de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

HANNS, L. *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KUHN, T. S. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução de Beatriz Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUHN, T. S. (1977). *A Tensão Essencial: Estudos Seleccionados Sobre Tradição e Mudança Científica*. Tradução de Marcelo Penna-Forte. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

KUHN, T. S. (2000). *O Caminho desde A Estrutura: Ensaio Filosófico, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. Tradução de Cesar Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. (1967). *Vocabulário da Psicanálise*. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

MONZANI, L. R. *Freud: O Movimento de um Pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989 (2ª edição).

ROUDINESCO, E.; PLON, M. (1997). *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães, sob supervisão de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOUZA, P. C. (1998). *As Palavras de Freud: O Vocabulário Freudiano e suas Versões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STRACHEY, J. (1966). *Prefácio Geral do Editor Inglês – Notas sobre Alguns Termos Técnicos cuja Tradução Requer Explicação*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira, v. II).